

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA



OUTUBRO DE 1977 – MARÇO DE 1978

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de Assinatura anual:

Via Normal

Continente, Ilhas e Espanha... 60\$00

Outros países 90\$00

Via Aérea:

Estrangeiro 120\$00

Número avulso , 20\$00

7 - 8

Outubro de 1977 — Março de 1978

Apresentação

A Missa ou Ceia do Senhor:

o memorial,

a fracção do pão,

o penhor da glória futura — *J. Ferreira*

O problema pastoral da iniciação à Eucaristia — *L. Ribeiro*

Mesa redonda: A celebração da Missa e a sua estrutura dinâmica:

I. A liturgia da Palavra na Missa — *Leão Cordeiro*

II. A oração universal — *L. Ribeiro*

III. A liturgia eucarística da Missa:

I. A apresentação dos dons (ofertório) — *J. Ferreira*

II. A oração eucarística — *J. Ferreira*

III. A comunhão — *L. Ribeiro*

A diversidade das formas musicais nos vários momentos da celebração — *M. Luís*

Palavras de encerramento — *D. João Alves*

NOTICIÁRIO

III Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

Aparece finalmente o número duplo do Boletim de Pastoral Litúrgica (nn. 7-8), com os trabalhos apresentados no III Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, realizado em Fátima de 20 a 24 de Setembro p. p.. Cumpre-se assim o que então foi prometido aos participantes no Encontro. Entretanto, muitos são os que nos têm perguntado: Para quando o Boletim?... Pois, para agora!... Preparar uma conferência é já frequentemente trabalho penoso, para o qual o tempo nunca sobeja; escrevê-la, sobretudo no fim de a ter pronunciado, terrivelmente mais penoso ainda. Há sempre tanta coisa à frente! E foi o que aconteceu! Uma coisa é falar, outra escrever.

Os trabalhos vão aqui transcritos pela ordem em que foram lá pronunciados; daí que as palavras de conclusão do Senhor D. João Alves, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, apareçam também aqui em último lugar, como o foram lá a encerrar o Encontro.

O 1.º dia de trabalhos, o 2.º do Encontro, que andou em volta do mistério da Eucaristia, teve como ponto de partida a conferência do P. José Ferreira sobre A Missa ou Ceia do Senhor: o memorial, a fracção do pão, o penhor da glória futura. Tratava-se, não de apresentar o ritual da celebração eucarística, mas o mistério que aí é celebrado. Pareceu importante, uma vez mais, tomar consciência daquilo que na celebração se celebra para o saber celebrar melhor.

No 2.º dia, o Dr. Luís Ribeiro colocou-nos perante O problema pastoral da iniciação à Eucaristia, que é como quem diz, perante a situação daqueles que, por ela, atingiram a plenitude sacramental da iniciação.

Para que não ficasse sem ser também reflectida a celebração, em si mesma, da Eucaristia, uma longa Mesa redonda (que, disseram, não o chegou a ser, mas que valeu a pena, porque nela se disse o que precisava de ser dito, e, sem ela, não o teria sido) percorreu, com maior ou menor desenvolvimento, os diversos ritos da Missa. Vêm os respectivos trabalhos

apresentados cada um com a sua epígrafe própria, mas subordinados ao título geral da Mesa redonda: A celebração da Missa e a sua estrutura dinâmica. São os seguintes os temas tratados: A liturgia da Palavra na Missa, pelo Dr. Leão Cordeiro; A oração universal, parte ainda da liturgia da Palavra, pelo Dr. Luís Ribeiro; A liturgia eucarística da Missa: I — A apresentação dos dons (ofertório) e II — A oração eucarística, pelo P. José Ferreira; III — A comunhão, pelo Dr. Luís Ribeiro.

O 3.º dia, que foi consagrado à música litúrgica, teve a participação do Dr. Manuel Luís e do Dr. António Ferreira dos Santos. Só nos é possível dar ao prelo uma das conferências sobre A diversidade das formas musicais nos vários momentos da celebração, com pena de não poder fazer-se o mesmo à outra sobre o Uso dos instrumentos, que tão oportuna e de tanta utilidade seria.

Aqui ficam, pois, para arquivo os trabalhos de uma semana de actividade tão intensa. O que não pode ficar escrito nem arquivado, a não ser na memória dos que nela participaram, é a vida e o calor que a palavra dita tem a mais do que a escrita e que o ambiente do convívio, sobretudo nas celebrações, a todos comunicou, enquanto os ajudava a compreender o que as palavras queriam significar.

“A MISSA OU CEIA DO SENHOR”:

o memorial
a fracção do pão
o penhor da glória futura

Em quatro lugares da Sagrada Escritura se fala da instituição da Eucaristia: na *Primeira Epístola aos Coríntios* cap. 11, vv. 23 a 26, e nos três primeiros Evangelhos, os chamados sinópticos: em S. Mateus, cap. 26, vv. 26 a 30, em S. Marcos, cap. 14, vv. 22 a 26, e em S. Lucas, cap. 22, vv. 14 a 20.

São as chamadas «narrações da Ceia».

Destas, a mais antiga é a de S. Paulo, visto que a *Primeira Epístola aos Coríntios* foi escrita antes de qualquer dos Evangelhos, ao menos tal como eles chegaram até nós; é de cerca do ano 55.

S. Paulo faz a narração da instituição da Eucaristia a propósito do modo, aliás pouco edificante, como decorria a sua celebração na Igreja de Corinto. Os Evangelhos fazem-na em ligação muito estreita com a Paixão; a Eucaristia aparece como que a inaugurar a Paixão de modo sacramental. Aliás, o próprio S. Paulo também não esquece esta ligação ao dizer que Jesus instituiu a Eucaristia «na noite em que foi entregue» (1 Cor 11, 23).

Vamos percorrer os dados fundamentais que a Sagrada Escritura nos oferece e que são retomados nas Orações Eucarísticas da Missa.

I

O MEMORIAL

A primeira Eucaristia na última Ceia de Jesus

A Eucaristia é instituída durante a última Ceia. De que ceia se trata? E que importância tem essa circunstância? De que significação ela se reveste por isso?

A tendência mais espontânea para explicar o facto será talvez a de explorar o significado da refeição na vida humana, o sentido comunitário e de comunhão que a refeição em si encerra e que frequentemente é sublinhado na própria Escritura. É aliás tendência não rara na catequese do nosso tempo, concluindo daí o sentido de «partilha», como costuma dizer-se, contido na Eucaristia, e que é certamente profundo. Mas, a Ceia referida na Sagrada Escritura a propósito da instituição da Eucaristia é bem mais significativa do que tudo isso.

A última Ceia de Jesus com os seus discípulos fazia parte de certo tipo de refeições entre os membros do Povo de Deus, marcadas por determinado carácter religioso. Para além de encontro familiar e fraterno, essas refeições revestiam-se de ambiente quase litúrgico, diríamos hoje. Eram autênticas celebrações de certos acontecimentos da História da Salvação.

Entre essas refeições encontra-se a chamada Ceia pascal. Trata-se de uma refeição, celebrada todos os anos ao cair da tarde que inaugura a noite da Páscoa. Falamos da Páscoa do Antigo Testamento, da Páscoa judaica, porque a Páscoa já vem de muito longe!

A Páscoa do Antigo Testamento

A Ceia pascal, para o povo judeu, celebra, — e digo intencionalmente celebra, porque os Judeus ainda hoje celebram, todos os anos, a Páscoa no ambiente de uma ceia, a ceia pascal —, digo, a Ceia pascal celebra a Páscoa, ou seja, a saída do Egipto e a entrada na Terra Prometida. O acontecimento é conhecido de todos; mas convém recordar que ele é o acontecimento fundamental da História da Salvação no Antigo Testamento, sobre o qual se alicerça toda a espiritualidade do povo de Israel. A esse acontecimento chamou-se já então a *Páscoa*, palavra que significa, numa explicação mais teológica do que etimológica, a *passagem*, a passagem libertadora da terra da escravidão para a Terra, prometida a Abraão e à sua descendência.

Tão fundamental era esse acontecimento que ele devia ser recordado, reconhecido e agradecido todos os anos na data aniversária do mesmo, ou seja no equinócio da primavera, isto é, na primeira lua cheia da primavera. Era a celebração anual da Páscoa.

Esta celebração constava e consta fundamentalmente de uma ceia festiva, toda envolvida pela recordação do acontecimento pascal, durante a qual se come o cordeiro pascal, se cantam os salmos e se faz a proclamação de uma grande acção de graças, motivada pelo acontecimento celebrado.

Porquê uma ceia e um cordeiro? Todos o sabemos: a Bíblia apresenta assim a noite da primeira Páscoa, quando Deus fez sair o seu Povo da terra do Egipto, «com mão forte e braço estendido» (Sl 135, 12). Conhecemos todos a história do cordeiro pascal, da unção das portas com o sangue do mesmo, da morte dos primogénitos dos egípcios e de como foram poupados os filhos do Povo de Deus graças ao sangue desse cordeiro. O acontecimento é celebrado em acção de graças no salmo 135, hoje frequentemente cantado.

Algum tempo depois da saída do Egipto e da travessia do Mar Vermelho — outra etapa da passagem de libertação —, o povo está acampado em pleno deserto junto do Monte Sinai. Aí o Senhor celebra com ele a Aliança. Moisés oferece o sacrifício de animais e, com o sangue desse sacrifício, faz a aspersão de toda a assembleia com estas palavras: «Este é o sangue da Aliança que o Senhor conclui convosco» (Ex 24, 8).

Muito naturalmente, o acontecimento salvífico que a Páscoa representava seria recordado e celebrado no futuro, como de facto o foi, também no meio de uma ceia, que viria a chamar-se, também ela, ceia pascal. A Bíblia assim o prescreve: «Conservareis a memória deste dia, comemorando-o com uma solenidade em honra do Senhor: celebrá-lo-eis como instituição perpétua, de geração em geração» (Ex 12, 14).

Jesus, filho do povo de Israel, «ia todos os anos, com seus pais, a Jerusalém, pela Páscoa» (Lc 2, 41), para aí celebrar a festa. No último ano da sua vida, agora rodeado dos seus discípulos, com eles celebrou também, e pela última vez, a Páscoa judaica, na cidade santa, no andar de cima, talvez da casa da mãe de João Marcos (Cf. Act 12, 12), numa sala grande, mobilada e já pronta para a função (Cf. Mc 14, 15). Aí celebrou Jesus o memorial da primeira Páscoa, da Páscoa do Antigo Testamento, e da Aliança que ela significava, a Ceia pascal em memória da noite em que o Senhor fizera sair os seus antepassados da terra do Egipto. «Esta noite, durante a qual o Senhor velara para os fazer sair do Egipto, será de vigília em honra do Senhor para todos os filhos de Israel, de geração em geração» (Ex 12, 42).

Vamos reter o essencial: a ceia pascal é a memória anual da Páscoa antiga, da passagem do Egipto para a Terra Prometida, e da Aliança selada entre Deus e o seu povo pelo sangue do cordeiro pascal e depois pelo sangue do sacrifício celebrado por Moisés junto do Sinai.

A Nova Páscoa

Jesus está «na véspera da sua Paixão», «na noite em que vai ser entregue». Ele sabe que a verdadeira passagem e definitiva da escravidão à libertação é a que Ele vai realizar ao passar deste mundo para o Pai, da morte à vida, pela morte à ressurreição. Esta é a verdadeira Páscoa. A verdadeira Aliança, a nova e eterna Aliança, é a que vai ser agora selada com o Sangue do seu sacrifício na Cruz. Mais eloquente que o sangue do antigo cordeiro ou o dos animais no sacrifício oferecido por Moisés é o seu próprio Sangue. O verdadeiro Cordeiro pascal é Ele próprio; a sua passagem da morte à vida da ressurreição é a verdadeira Páscoa. S. João, ao introduzir a última Ceia e a Paixão, começa exactamente com estas palavras: «Sabendo Jesus que era chegada a hora de passar deste mundo para o Pai...» (Jo 13, 1), como se dissesse: «Sabendo Jesus que era chegada a hora da sua Páscoa...», a nova Páscoa, a Páscoa da nova Aliança.

A Ceia pascal de Jesus

Jesus põe-se à mesa com os seus discípulos. As narrações do Novo Testamento não nos contam tudo o que aconteceu nesta Ceia. Essas narrações são certamente o testemunho das liturgias em uso nas comunidades, ao ser celebrada a Eucaristia, ao tempo em que S. Paulo e os evangelistas escreviam, mais do que a descrição completa de tudo o que tinha acontecido na última Ceia. Mas nós conhecemos, por outras fontes, como era a ceia pascal entre os Judeus, no tempo de Jesus.

A refeição abria com um como que aperitivo, considerado ainda anterior à ceia propriamente dita, feito à base de ervas amargas, em memória das amarguras que os seus pais tinham experimentado no Egipto. Enchia-se a primeira taça de vinho antes deste alimento, e uma segunda depois. Vinha em seguida a evocação dos acontecimentos celebrados naquela noite, o Haggadá, espécie de homilia em que o pai de família evocava as maravilhas que Deus realizara na noite da primeira Páscoa. E, depois do canto da primeira parte do Hallel (Salmos 112-113, 8, na Vulgata), começava a ceia propriamente dita.

No início, o partir do pão. É o gesto que inaugura a refeição. Este partir do pão é sempre acompanhado de uma *oração de bênção*. Antes de se servir dos bens que Deus lhe dá, o homem da Bíblia bendiz a Deus, fonte de todos os bens, de quem procede todo o dom. Esta

noção de bênção não é exactamente a mesma que hoje temos, pelo menos na linguagem comum e na prática mais frequente. Mas deixemos para mais adiante o exame mais minucioso da «bênção» na Bíblia. Voltemos à Ceia.

Da última Ceia de Jesus diz-se também que Ele «tomou o pão, o partiu e deu graças». Foi também assim que Jesus inaugurou a sua refeição pascal. Foi certamente neste momento, ao começar a refeição pascal, que Jesus tomou o pão, disse: «Tomai e comei: isto é o meu Corpo, que é entregue por vós». De facto, existe também uma fórmula com que, na ceia judaica, o pai de família acompanha este partir do pão e que diz assim: «Este é o pão da tristeza que os nossos pais comeram na terra do Egipto». Não esqueçamos que o pão da Páscoa é, ainda hoje, entre os Judeus, o pão ázimo, um pão desagradável, o tal «pão da tristeza». De facto, a Escritura afirma que Jesus disse: «Isto é o meu Corpo, que vai ser entregue por vós», o que acrescenta à ideia da presença real a de um corpo oferecido em sacrifício doloroso. Aquele pão é o seu Corpo, mas o Corpo «entregue», ou, como diz outro texto, um corpo «triturado».

Na ceia, vem depois a manducação do cordeiro pascal, o prato forte da refeição, que se desenrola aliás sem ritos especiais.

Terminada a manducação do cordeiro, dir-se-ia que a ceia terminou também. Mas o que vai seguir-se é o momento culminante, que dá todo o sentido religioso àquela refeição, que, aliás, desde o início, é claramente uma refeição religiosa. O pai de família põe-se de pé, toma a sua taça com vinho, a terceira taça, e diz outra *oração de bênção*, outra acção de graças, agora mais longa e que tem por motivo o próprio motivo da Páscoa, a saída do Egipto e a entrada na Terra Prometida. É uma oração que recorda e que louva, em que se reconhece o que Deus fez pelos homens na Páscoa e em que se Lhe dão graças por tudo quanto Ele fez. É a grande bênção, a grande acção de graças. Demoremo-nos um pouco nesta «bênção».

A «bênção» na Bíblia e na Ceia

A «bênção» da Bíblia dirige-se mais a Deus do que às coisas e às pessoas. «Bênção» está relacionada com o verbo «bendizer», e assim «bênção» é, antes de mais, a palavra com que se «bendiz» a Deus, ao reconhecermos as maravilhas que Ele fez em nosso favor. É, portanto, antes de mais, uma palavra de louvor. Habitualmente hoje ligamos mais

a palavra «bênção» ao verbo «abençoar» ou ao verbo «benzer». Para nós, «fazer uma bênção» é «benzer» ou «abençoar». (Em latim, a palavra é a mesma para dizer o que em português exprimimos com estas três palavras: «bendizer», «benzer» e «abençoar». É o verbo «benedicere»).

Ao descrever a última Ceia, a Sagrada Escritura diz que Jesus «pronunciou a bênção». A palavra que lá está significa que Jesus «bendisse» ao Pai, pronunciou uma palavra de louvor e acção de graças sobre o pão que ia partir. Podemos dizer que Jesus «deu a bênção», mas não tanto no sentido de que «abençoou» o pão, como no sentido de que «bendisse» a Deus pelo pão. De facto, o pão também foi abençoado por Jesus, e tanto que se tornou no seu Corpo. De uma maneira mais analítica e que pode facilitar a compreensão, podemos dizer que a palavra «bênção» tem dois sentidos: um ascendente, o de bendizer a Deus, outro descendente, o de abençoar as pessoas e as coisas. Mas este último sentido, esta bênção que nós pedimos a Deus que «desça sobre nós e permaneça para sempre», é como que o fruto e a consequência da bênção que sobe até Deus em reconhecimento, louvor e acção de graças.

Já antes, ao tomar o pão, Jesus pronunciou uma oração de bênção, mais breve, e que muito provavelmente foi semelhante à que entrou agora no novo *Missal Romano* para acompanhar o rito da apresentação dos dons: «Bendito sejas, Senhor, pelo pão que nos dais, fruto da terra...». Mas a grande bênção era a que acompanhava a terceira taça, por isso mesmo chamada «a taça da bênção» (Cf. I Cor 10, 16). Ora, a palavra que a Escritura emprega para designar esta grande bênção ou acção de graças que Jesus pronunciou sobre o cálice «no fim da ceia» é precisamente uma palavra relacionada com a palavra «eucaristia», palavra esta que significa exactamente «bênção» ou acção de graças.

A Eucaristia, sacramento da Páscoa da Nova Aliança

Uma vez terminada, na ceia pascal judaica, esta bênção, o pai de família bebe da taça e passa-a aos outros, que, desta vez, bebem todos da mesma. Este gesto de beberem todos da mesma taça é bem significativo da comunhão de todos no reconhecimento do dom de Deus, no louvor em comum pelo reconhecimento desse dom, na consciência de unidade de um povo que se proclama salvo pelo Senhor.

Teria sido certamente neste momento que o Senhor, depois da grande bênção pascal, já podemos dizer, depois da grande eucaristia pascal, lhes entregou a taça, dizendo: «Bebei dela todos, porque este

é o meu Sangue, Sangue da Aliança, que vai ser derramado pela multidão dos homens para remissão dos pecados» (Mt 26, 37-38), ou, como escreve outro evangelista: «Esta taça é a nova Aliança no meu Sangue, que vai ser derramado por vós» (Lc 22, 20). De facto, a Escritura explica que Jesus lhes entregou a taça, acompanhando o gesto com aquelas palavras, *«depois da Ceia»*.

Deste modo, a última Ceia de Jesus foi, ao mesmo tempo, a ceia tradicional da Páscoa antiga e a Ceia de uma Páscoa nova. Jesus diz que o pão, o pão daquela ceia, é o seu Corpo, mas Corpo «que vai ser entregue» (triturado), e que o vinho é o seu Sangue, mas Sangue «que vai ser derramado». Trata-se, portanto, de um sinal que se relaciona com o futuro, certamente muito próximo, mas ainda não totalmente conhecido. Esse futuro será dentro de poucas horas, quando o seu Corpo for triturado e o seu Sangue derramado na Paixão, porque já estamos «na noite em que Ele vai ser entregue» (cf. 1 Cor 11, 23 e Or. Eucar. III).

Não resta dúvida: o que Jesus pretende é deixar um sinal da sua Páscoa, da sua passagem deste mundo para o Pai, da sua morte e ressurreição, dessa vitória única e definitiva sobre o pecado e sobre a morte, sobre todo o mundo velho que, n'Ele e com Ele, morre na cruz e é sepultado no sepulcro de José de Arimateia, para reaparecer, novo, na glória do Pai, na plena comunhão de uma Aliança nova e eterna, que a ressurreição revelará na manhã do primeiro dia. É a nova Páscoa, a nova saída do Egipto, a nova entrada na Terra Prometida, na nova Jerusalém, na Jerusalém celeste. E aquela última Ceia é de tudo isto o sacramento, o sinal vivo e eficaz. Tudo isto Jesus o disse ainda à mesa, quando, depois de lhes dar a beber o cálice do seu Sangue, acrescentou: «Fazei isto em memória de Mim». Duas afirmações da máxima importância aqui estão contidas: a primeira, «fazei isto»; e a segunda, «em memória de Mim».

«Fazei isto...»

«Fazei isto...». «Fazer aquilo» é repetir, no futuro, o gesto de Jesus. De facto, aquela Ceia é mais do que uma ceia vulgar, mesmo mais do que uma ceia de despedida, o que a deixaria para sempre ligada a certo pensamento sinistro!... Aquela Ceia é um sinal, significa mais, infinitamente mais, do que uma reunião de amigos em volta do seu Mestre, em momento decisivo da sua vida, e precisamente no da sua morte.

Aquela Ceia está carregada com todo o sentido com que, horas depois, vai estar carregada a morte do Senhor no alto do Calvário, e que vai ser o gesto significativo da obediência total do Filho de Deus ao amor do Pai, por amor dos homens, seus irmãos. S. Paulo explica na citada Epístola aos Coríntios que, «sempre que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciareis a morte do Senhor» (1 Cor 11, 26).

«Fazer aquilo», isto é, renovar a Ceia do Senhor, não vai ser só pensar no Senhor, recordar-se do Senhor, evocar o Senhor, meditar no Senhor; «fazer aquilo», isto é, renovar a Ceia do Senhor, será tornar presente, no meio da assembleia dos discípulos de Jesus reunida, a sua própria Páscoa, a sua passagem deste mundo para o Pai, não certamente de maneira histórica, natural, porque, no fim de contas, a história não se repete; o que passou, passou. Mas o sentido do que algum dia aconteceu não desaparece de todo; e, diante de Deus, a Páscoa de Jesus é uma realidade permanente. E a Epístola aos Hebreus diz que Jesus, «porque permanece para sempre, tem um sacerdócio eterno» (Hebr 7, 24). Pois, o que para Deus está sempre presente, o sacrifício de seu Filho, torna-se presente a nós sempre que renovamos o sinal sacramental desse gesto, desse sacrifício, que é a Ceia, a Eucaristia.

«...em memória de Mim»

Por isso, Jesus acrescentou: «Fazei isto em memória de Mim». Talvez que o essencial deste mandato do Senhor esteja precisamente na segunda parte da frase: «Em memória de Mim». Os discípulos não recebem apenas ordem de renovar, no futuro, aquela Ceia. Isso eles certamente o fariam, como, agora, ali estavam renovando a ceia pascal, uma vez mais. A novidade estava em que, de ora em diante, a haviam de fazer «em memória d'Ele». A Ceia pascal, que já tinha séculos de tradição, continuaria a ser celebrada; o povo judeu ainda hoje o testemunha; mas, desde aquele momento, ela não seria já celebrada em memória do dia em que Deus «feriu o Egípto, enquanto poupava as nossas casas» (Ex 12, 27), em memória da Páscoa antiga, mas «em memória de Mim», que é como quem diz, da minha Páscoa, da minha passagem deste mundo para o Pai, da morte e ressurreição do Senhor, ou, por outras palavras, do seu sacrifício pascal. De facto, o vinho do cálice é o Sangue da nova Aliança, «nova» em oposição à «antiga», à do tempo de Moisés. Aqui se pode aplicar a bela palavra de Jeremias: «Dias virão em que não se dirá: Viva o Senhor, que tirou do Egípto os filhos de Israel» (cf. Jer 16, 14-15), porque o que o Senhor agora faz por nós é mais, muito mais,

do que os prodígios ligados à Páscoa do Antigo Testamento. É assim que S. Paulo insiste em que «sempre que comerdes este pão e beberdes deste cálice anunciareis a morte do Senhor» (1 Cor 11, 26), e não outra qualquer coisa. O mesmo S. Paulo, ao referir as palavras paralelas às que estamos a comentar, formula-as desta outra maneira, talvez mais esclarecedora: «Todas as vezes que beberdes este cálice, fazei-o em memória de Mim» (*ib.* v. 25), como se dissesse: «Não em memória de qualquer outro ou de qualquer acontecimento diferente do meu acontecimento pascal, mas em memória de Mim».

Podemos talvez dizer que a Ceia do Senhor, a celebração da Eucaristia, está para a Páscoa de Jesus, para a sua morte e ressurreição, como a ceia pascal dos Judeus está para a Páscoa da Antiga Aliança, a saída do Egito. Cada qual renova, à sua maneira, o acontecimento da história da salvação a que se refere, para que, no respectivo sinal, no respectivo sacramento, o reconheçamos, e por ele, demos graças ao Senhor que por ele nos salvou. Dizemos «cada qual à sua maneira», porque a Ceia do Senhor leva o realismo da memória até ao ponto de o que nela é imolado e servido ser o próprio Corpo e Sangue de Jesus.

«Celebrando agora o memorial»

Tudo isto a Igreja o entendeu desde logo, como o provam os próprios textos que temos estado a comentar, e que são certamente, como dissemos, testemunhos da maneira de agir das primitivas comunidades cristãs, de maneira especial o texto da Epístola aos Coríntios. S. Paulo começa, de facto, por dizer: «Quando vos reunis, não o fazeis para comer a Ceia do Senhor», tal era a maneira tão inconveniente como o faziam (1 Cor 11, 20). «Quando vos reunis...»: trata-se, portanto, da assembleia que se reúne para celebrar a Ceia do Senhor, a Eucaristia.

Concluindo esta primeira parte, digamos que a celebração da Eucaristia é a renovação da Ceia do Senhor; e é, por isso mesmo, a celebração sacramental, o sacramento, da Páscoa de Jesus Cristo, da sua passagem deste mundo para o Pai, da oblação que ao Pai Ele fez da sua vida, numa palavra, do seu sacrifício redentor.

Vista do nosso lado, a celebração da Eucaristia é o acto pelo qual reconhecemos essa Páscoa do Senhor Jesus e a atitude de amor do Pai para com os homens, o qual acolhe o sacrifício de seu Filho em favor de todos os que entram na Aliança selada pelo Sangue desse mesmo sacri-

fício, o povo dos baptizados. E o reconhecer tudo isto exprime-se necessariamente em acção de graças, em «eucaristia», em atitude de quem bendiz a Deus pelo dom que nos fez em seu Filho e pela aceitação que d'Ele fez e de nós com Ele, uma vez que somos incorporados n'Ele, com Ele passámos da morte à vida e somos vivificados pelo mesmo Espírito.

A Eucaristia é sempre para nós o memorial da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Assim o exprimimos, sempre que a celebramos, naquela parte da Oração Eucarística que se segue imediatamente à narração da Ceia e na aclamação que se intercala entre ambas: «Celebrando agora Senhor (o Pai), o memorial da morte e ressurreição de vosso Filho...»; «Anunciamos, Senhor (o Filho), a vossa morte, proclamamos a vossa ressurreição...». E assim em todas as Orações Eucarísticas. É aliás uma parte fundamental esta — a anamnese — em que se exprime o sentido que a Igreja dá à renovação da Ceia do Senhor em cada Missa e manifesta a sua participação actual no sacrifício do Senhor, oferecendo-o com Ele — «...nós Vos oferecemos...» —, levada no dinamismo pascal que a celebração eucarística torna presente para nele nos arrastar.

II

A FRACÇÃO DO PÃO

Desta primeira e fundamental significação da Eucaristia, a sua total referência à morte e ressurreição de Jesus Cristo, resulta outra, a sua *significação eclesial*, a sua referência aos homens, que, unidos a Cristo e em Cristo, formam a Igreja que celebra a Eucaristia. Esta significação não é oposta à anterior, nem sequer diferente, porque nada há em Cristo que não seja da Igreja, nem na Igreja que não seja de Cristo.

A dimensão eclesial da Eucaristia é sugerida pelo nome mais antigo que lhe foi dado depois do de «Ceia do Senhor», ou seja, o de «fracção do pão». É assim que S. Lucas designa a Eucaristia nos *Actos dos Apóstolos*. Ao referir-se à vida da primeira comunidade dos cristãos de Jerusalém, diz que eles «eram assíduos à doutrina dos Apóstolos, à união fraterna, à *fracção do pão* e às orações» (Act 2, 42). E logo pouco depois acrescenta: «Diariamente assíduos ao Templo, numa só alma, *partiam o pão* em suas casas e tomavam alimento com alegria e simplicidade de coração» (*ib.* 46). «Partir o pão» é aqui o mesmo que realizar «a fracção do pão». Mais adiante nos mesmos *Actos dos Apóstolos*, a propósito da vigília dominical celebrada em Tróade, na véspera da partida de

Paulo, escreve S. Lucas: «No primeiro dia da semana, estando nós reunidos para *partir o pão*, Paulo começou a falar com eles e prolongou o seu discurso até à meia noite... Depois, *partiu o pão*, comeu e falou demoradamente até de madrugada» (Act 20, 7-11).

É a mesma expressão que já tinha sido usada para fazer referência ao gesto de Jesus na última Ceia: «Tomou o pão, *partiu-o* e deu-o». Ora, o gesto de *partir e dar* é, entre os gestos da celebração eucarística, ao menos na origem e durante muito tempo ainda, o mais espectacular, no sentido de que é o que mais dá nas vistas e, embora não exprima todo o sentido do que está a ser feito, pode facilmente designar a celebração em que tal acontece. Podia, por isso, dizer-se que os cristãos se reuniam para *partir o pão*, como está dito dos de Tróade, ou que iam à *fracção do pão*, como hoje se diz que eles *vão à Missa*. Seja como for, «fracção do pão» foi um dos primitivos nomes que se deram à celebração da Eucaristia.

Sinal de comunhão com Deus

A expressão, como ficou dito, exprime, muito felizmente, um dos aspectos fundamentais da Eucaristia, que aliás é já fortemente sugerido pelo de «Ceia do Senhor», ou seja, o de ela ser banquete ou *refeição de comunhão*. E, dentro do banquete eucarístico, este aspecto exprime-se ainda, da maneira mais realista possível, na comunhão sacramental, na manducação da vítima oferecida em sacrifício, nada menos do que o próprio Senhor Jesus. Comer o «pão da vida» e beber do «cálice da salvação» é rito integrante da celebração da Eucaristia e é ele que dá o sentido último à celebração da mesma. A Ceia do Senhor não existe para a ela se assistir, mas ser participada, dela comendo e bebendo. Que pretende, em última análise, significar-se, com a celebração do sacrifício eucarístico? O mesmo que Jesus quis significar na cruz: levar o homem à comunhão com Deus, passar deste mundo para o Pai, entrar na Aliança selada com o seu próprio Sangue.

A Oração Eucarística, oração de comunhão

Na celebração da Eucaristia, já toda a Oração Eucarística, (na qual, ao fazer-se a narração da Ceia, se realiza o mistério da consagração), é uma oração de comunhão. Como na ceia pascal judaica, quando o pão de família pronuncia a solene oração de bênção, de eucaristia, de pé, no meio de todos os convivas, que o seguem, com fé, em seu coração,

assim agora na Missa, a Oração Eucarística é já uma forma de toda a assembleia entrar em comunhão com o Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, em Igreja, ao dar graças pelo sacrifício pascal do Senhor. Responder aos convites do presidente: «Corações ao alto», «Demos graças ao Senhor nosso Deus», com aclamações como estas: «O nosso coração está em Deus», «É nosso dever, é nossa salvação», e sobretudo aclamar no fim de toda a Oração Eucarística com o «Amen» da adesão total à grande eucaristia de reconhecimento, de acção de graças e de louvor, dizer tudo isto é mostrar que se compreendeu que ao proclamar-se a Oração Eucarística se entra em comunhão com Deus por Cristo, com Cristo e em Cristo, na unidade do Espírito Santo. Não exige menos presença de espírito, menos atitude de fé, menos calor de devoção, tomar parte na Oração Eucarística, proclamada pelo sacerdote que levanta a voz no meio da assembleia silenciosa, como Jesus fez, na última Ceia no meio dos discípulos recostados em volta da mesa, não exigem menos comunhão de espírito e de coração esses momentos de oração, do que, logo depois, o momento em que vamos comungar o Corpo e o Sangue do Senhor. Aliás esta convicção está bem expressa na aclamação que toda a assembleia pronuncia depois da narração da Ceia, ao passar-se à anamnese, quando o presidente exclama, como que em contemplação: «Eis o mistério da fé»! Toda a assembleia responde com uma aclamação em que exprime a sua comunhão com Deus, que é precisamente o fruto da celebração eucarística: «Anunciamos, Senhor, a vossa morte, proclamamos a vossa ressurreição», como se dissesse: «Convosco, Senhor Jesus, nós passamos da morte à vida, deste mundo para o Pai, e entramos em comunhão de vida com o Pai, por Vós, seu Filho, no Espírito Santo». Quem assim exclama mostra sentir que está já em comunhão, que está já a comungar. E mais claramente, na parte da oração que se segue, na anamnese, quando se recorda a morte e a ressurreição do Senhor, a sua Páscoa, logo se acrescenta: «...oferecemos...», para entrarmos em comunhão.

O rito da comunhão

Mas, por definição, toda a celebração é um rito, uma acção simbólica; no caso da Eucaristia, ela toma a forma de uma refeição. E assim, esta comunhão com Deus, que o sacrifício significa e realiza, vai ser também traduzida numa acção, num rito; e esse rito é a comunhão, o comer do «pão da vida» e o beber do «cálice da salvação». Se o sacrifício toma a forma da refeição, o comungar nele revestirá espontaneamente a forma de comer e de beber dessa refeição. Assim o disse o próprio

Senhor Jesus: «Tomai e comei», «tomai e bebei». O altar do sacrifício é simultaneamente, e por isso mesmo, mesa de comunhão. Ali Cristo Se oferece ao Pai; ali nos aproximamos da mesa do sacrifício, que assim se afirma sacrifício de comunhão. A Sagrada Escritura compara frequentemente a comunhão com Deus à aliança matrimonial e ao banquete nupcial. Estar com Deus, em comunhão com Deus, é sentar-se à mesa de Deus: «Muitos virão do Oriente e do Ocidente sentar-se à mesa com Abraão, Isaac e Jacob» (Mt 8, 11). E a união última e definitiva com Deus na glória da ressurreição de Cristo é-nos apresentada na imagem da «ceia das núpcias do Cordeiro (Ap 19, 9), texto que a liturgia da Missa adoptou (e que a tradução portuguesa empobreceu adaptando-o; mas o essencial ficou claro): «Felizes os convidados para a Ceia do Senhor». Deus convida-nos para a sua mesa, para tomarmos parte no banquete daquelas núpcias em que Jesus entrou pela sua morte e ressurreição e que na Ascensão claramente se manifestam. Deus convida-nos para a união conSigo, fruto da Páscoa de seu Filho e que é agora significada e realizada pela Eucaristia, e particularmente pelo rito da Comunhão que se segue à Oração Eucarística.

Talvez que muito simplesmente se possa dizer: O que humildemente trouxemos ao altar para o sacrifício de Cristo, os dons que d'Ele nos vieram, de tudo isso, infinitamente enriquecido, porque eles são agora o Corpo entregue e o Sangue derramado de seu Filho, de tudo isso o Pai faz o manjar da sua mesa, a mesa do banquete das núpcias de seu Filho. E para ele nos convida, para que também nós entremos nessa festa nupcial, banquete de Aliança e de comunhão com o Pai e o Filho e o Espírito Santo. Outra coisa, aliás, não pretende o sacrifício de Jesus Cristo e a nossa participação nele.

«A fracção do pão», o pão que Deus nos reparte, faz-nos assim entrar em comunhão com Deus.

Comunhão em Igreja

A comunhão com Deus é também sempre, e inseparavelmente, união em Igreja. «O pão de Deus», repartido, é sinal de comunhão e fonte de unidade. S. Paulo escreve: «Uma vez que há um só pão, nós, sendo embora muitos, formamos um só corpo, porque todos participamos do mesmo pão» (1 Cor 10, 17).

A alegria humana de comer do mesmo pão é já motivo bastante para estabelecer um laço de unidade entre os que participam desse pão. Mas esta razão, humanamente bem forte e válida, torna-se infinitamente mais exigente na Eucaristia, porque o pão a que S. Paulo se refere

«é a comunhão do Corpo de Cristo», como «o cálice da bênção que abençoamos é a comunhão do Sangue de Cristo», como ele próprio escreveu no versículo imediatamente anterior (v. 16).

Se «Cristo morreu para trazer à unidade os filhos de Deus que andavam dispersos», como escreve S. João (Jo 11, 52), é natural que o sacramento do seu sacrifício, que essa morte realizou, seja também o sacramento daquela unidade dos filhos de Deus, a quem o pecado dispersara, mas que Jesus trouxe à unidade.

Esta unidade não é apenas o encontro exterior das pessoas que vêm ao mesmo lugar para tomar parte na mesma celebração; nem o encontro amistoso, fundado sobre qualquer motivo puramente humano, que bem poderia ser significado por uma outra qualquer refeição de amigos. Sem dúvida que este sinal, tão humano e tão belo, da refeição como lugar de encontro de amigos, está sempre subjacente também no banquete eucarístico. Mas a Eucaristia é mais do que um banquete de anos ou de casamento, e a celebração mais do que um encontro de amigos. A Eucaristia, é ela que provoca o encontro de amizade entre aqueles que são capazes de reconhecer, no mistério da Ceia mística, o Senhor que morre e ressuscita e assim Se torna para todos eles o centro da sua unidade. S. Paulo chama a Cristo «a Cabeça do corpo da Igreja» (Col 1, 18), Aquele em quem, por isso, todos os membros da Igreja encontram a unidade.

Celebrar «a fracção do pão» foi sempre na Igreja o sinal máximo da sua unidade, como também celebrá-la em ambiente ou em espírito de separatismo foi sempre o selo do cisma e da divisão. É, por isso, que nunca os cristãos de confissões religiosas diferentes quiseram participar na Eucaristia uns dos outros. Seria usar mentirosamente o sinal da unidade.

Sem se tratar ainda nem de cisma nem de seita, é impressionante notar como o texto de S. Paulo citado no princípio, e que é o mais antigo sobre a Eucaristia, foi escrito para chamar a atenção dos cristãos de Corinto para a celebração que andavam fazendo em ambiente de divisão e discórdia.

A Eucaristia é o sacramento, o sinal, por excelência, da comunhão da Igreja e na Igreja. A Eucaristia celebra-se na Igreja, e não fora dela, porque é a Igreja quem faz a Eucaristia, como é também a Eucaristia que faz a Igreja. Ao contrário da comunidade de Corinto, os cristãos de Jerusalém, segundo os *Actos dos Apóstolos*, «tinham todos um só coração e uma só alma» (Act 2, 46) e «eram assíduos à fracção do pão» (*ib.* v. 42). E já a Igreja da *Didakhé* (livro cristão de cerca do ano 100) rezava desta maneira impressionante: «Assim como este pão que partimos,

outrora disperso sobre os montes, foi recolhido para se tornar um só, assim se reuna a tua Igreja dos confins da terra no teu reino» (Did 9).

São três os sacramentos de iniciação cristã: o Baptismo, a Confirmação e a Eucaristia. Será que, de facto, os que na Igreja já atingimos esta plenitude da iniciação na vida de Cristo e nos sentamos, e tão frequentemente, à mesa da Ceia do Senhor para a fracção do seu pão, será que nós a celebramos na comunhão com Deus e na comunhão entre nós, como ela pretende significar?

III

O PENHOR DA GLÓRIA FUTURA

Um último aspecto queria sublinhar ao falar da Eucaristia, porque ele é fundamental e encerra a sua significação última.

A Eucaristia, como aliás todos os outros sacramentos, pertencem ao «tempo da Igreja». É conhecida a expressão da sequência da solenidade do Corpo e Sangue de Cristo, que chama à Eucaristia «cibus viatorum», «o alimento dos caminheiros».

Por mais sublime que seja este sacramento, a ponto de conter em si o próprio Autor da graça, tudo nele é, de facto, ainda sacramento, de algum modo provisório, sinal visível de uma realidade ainda invisível. Nada nele é falso, vazio ou meramente exterior. Ele encerra, realmente, um mistério de vida celeste e de comunhão com o Deus invisível e imortal. Mas tudo é ainda apenas palpável e visível à luz obscura da fé. No entanto, tudo nele é também esforço por traduzir e apresentar esta realidade divina em termos acessíveis ao homem mortal, sempre no prolongamento do que já fora o mistério a Encarnação. Como «o Verbo Se fez carne», assim agora o seu Corpo se apresenta sob o sinal do pão e o seu Sangue sob o do vinho, e a sua Páscoa é presente numa refeição: «Tomai e comei», «Tomai e bebei», «Fazei isto em memória de Mim».

Mas S. Paulo acrescenta a estas palavras de Jesus estoutras: «...até que Ele venha» (1 Cor 11, 26). Certa Oração Eucarística de uma liturgia oriental transpõe até esta palavra e coloca-a na boca do próprio Jesus: «Fazei isto em memória de Mim, *até que Eu venha*». A Eucaristia é, de facto, sacramento deste tempo da Igreja, até que o Senhor venha.

A Eucaristia aparece-nos assim bem figurada na célebre passagem do *Primeiro Livro dos Reis*, quando Elias recebe do Anjo a indicação de comer do pão e beber da água que misteriosamente lhe aparecem

à cabeceira, ao acordar do sono que dormira debaixo do junípero, quando fugia pelo deserto à perseguição de Jazabel: «Levanta-te e come, que tens grande caminho a percorrer». E o texto continua: «Elias levantou-se, comeu e bebeu. Depois, fortalecido com o alimento, caminhou durante quarenta dias e quarenta noites até ao monte de Deus, o Horeb» (1 Re 19, 7-8). O «até ao monte de Deus» corresponde à palavra de S. Paulo: «Até que Ele venha». Quando Ele vier, será como quando Elias, no termo da sua jornada no monte de Deus, sentiu na brisa que soprava à entrada da gruta a suavíssima presença de Deus (vv. 12-14), ou como quando os Israelitas entraram finalmente na Terra Prometida: celebraram a Páscoa (a festa da passagem) e o maná (o pão da travessia do deserto e outra figura da Eucaristia) logo deixou de cair (Jos 5, 10-12). Agora comeriam dos frutos da sua nova terra. Quando Ele vier, cessará o sacramento da Eucaristia, porque chegou a eucaristia perene, o lausperene, o louvor perpétuo. É precisamente neste contexto do tempo da Igreja que a Eucaristia nos aparece como sacramento do «mundo que há-de vir» (Hebr 6, 5), sacramento como é da passagem deste mundo para o Pai. Cada vez que a celebramos no tempo — e ela é bem deste tempo — anunciamos a passagem deste mundo para o Pai, anunciamos já o novo «mundo que há-de vir». Quanto mais celebrarmos a Eucaristia ao longo da vida, desta nossa vida, mais proclamamos que esta vida tem um sentido e já uma presença em si da vida eterna. Quanto mais levamos a nossa vida para a Eucaristia, mais proclamamos que esta vida é caminhada para a casa do Pai: «O Corpo de Cristo (o Sangue de Cristo) me guarde para a vida eterna», diz a palavra que acompanha o rito da comunhão.

O Viático

O culto eucarístico, quer se trate da celebração da Missa, quer de qualquer outra forma de culto do mistério eucarístico fora da Missa, é um dos meios mais eloquentes de afirmar o sentido escatológico de toda a fé e de toda a vida cristã. A Eucaristia está fortemente marcada pelo sentido da libertação plena e total, como a Páscoa de que ela é o sacramento. O Viático ou a comunhão aos moribundos — o Viático, e não a Santa Unção, é que é o sacramento dos moribundos; a Santa Unção é o sacramento dos doentes — o Viático sublinha este sentido de participação do cristão na vitória de Cristo, precisamente na hora em que o homem se dispõe a perder a vida e a sair deste mundo para passar para o Pai e aí a reencontrar.

Quando é que os nossos cristãos verão na chegada dos últimos sacramentos o sinal da vida que vence a morte e da glória que triunfa da dor e do sofrimento?

A Eucaristia e a ressurreição

Na mesma ordem de ideias, a Eucaristia é o sinal e o penhor da ressurreição. Assim dela falou precisamente Nosso Senhor, quando na sinagoga de Cafarnaum explicou, no dia seguinte ao da multiplicação dos pães, o mistério do pão da vida: «Eu sou o pão da vida. Os vossos pais comeram o maná no deserto e morreram. Mas este é o pão que desceu do céu e quem dele comer não morrerá... Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue tem a vida eterna e Eu o ressuscitarei no último dia» (Jo 6, 48-49, 54). Jesus articula a ressurreição directamente com a Eucaristia.

A liturgia dos defuntos continua a mesma ideia: faz ler esta passagem do Evangelho nas Missas de defuntos; e numa oração das exéquias, ao apresentar a certa altura a perspectiva da ressurreição, refere-se ao cristão defunto como àquele que se alimentou com o Corpo e Sangue do Senhor. A Eucaristia é assim apresentada como semente de ressurreição. E nada mais lógico, pois que ela é o sacramento da Paixão do Senhor, cujo fruto é a ressurreição.

Assim se compreende que a Igreja sempre tenha celebrado a Eucaristia no ambiente festivo da acção de graças, acção de graças que brota feliz do coração de quem nela sabe reconhecer o sacramento da Páscoa do Senhor Jesus, o sinal da comunhão com o Pai e da unidade de todos os seus membros entre si na unidade do mesmo corpo que tem Cristo como Cabeça, e o penhor da sua glória futura.

E apetece-me terminar, interrogando:

Que celebramos nós em nossas Eucaristias?

De que são elas sinal para nós que as celebramos e para os que no-las vêem celebrar?

Donde nasce o sentido de festa que nelas queremos exprimir?

E porque tantos se dizem e se mostram cansados delas, se a Eucaristia nos foi deixada para que façamos «aquilo» em memória d'Ele, alimentando em nós a esperança até que Ele venha?

«Felizes os convidados para a Ceia das núpcias do Cordeiro», e que, ao contrário dos convidados do Evangelho, sabem encontrar razão bastante para nunca se escusarem ao convite!...

JOSÉ FERREIRA

O problema Pastoral de iniciação à Eucaristia *

Introdução: *A Eucaristia, critério da vida cristã?*

A reflexão teológica e a reflexão pastoral parecem concordar num princípio fundamental: a Eucaristia, constituindo o centro de toda a vida cristã, constitui também o critério fundamental de avaliação do nível de fé, pessoal e comunitária, dos membros da Igreja.

Tal perspectiva parece estar subjacente a muitos dos diálogos pastorais e não terá sido de todo estranha ao lançamento do «Inquérito à Prática Dominical». É pena que ainda não tenha sido possível fazer a sua apreciação. De qualquer modo, penso que este inquérito não nos poderá dar ainda os resultados que porventura gostaríamos de conhecer em ordem a uma visão crítica da vida das comunidades cristãs. Não poderá revelar, por exemplo, as motivações, os níveis ou os modos de participação na Eucaristia.

O número de comunhões, hoje muito maior que nos últimos séculos, poderá constituir sem dúvida um certo índice de renovação. Mas será, por si só, um factor suficiente de avaliação crítica da vida cristã? De há uns anos a esta parte, a promoção de uma certa movimentação em torno da Eucaristia satisfaz, de facto, aqueles que contam as partículas consumidas numa semana, num mês ou num ano, pouco ou nada atentos às motivações desse interesse que podem ter relações muito ténues com o sentido da Eucaristia. É por isso que a necessária compreensão tem de realizar-se sob o ponto de vista criteriológico, para não tornar inútil a reflexão teológica nem perpetuar as ilusões pastorais ⁽¹⁾.

(*) *Dado tratar-se de um texto escrito para exposição oral, não se teve grande preocupação pelo aparato científico e bibliográfico.*

(1) L. M. PIGNATIELLO, *A iniciação à Eucaristia e a caminhada de fé das Igrejas locais*, in *A Comunidade Cristã e a nova pastoral da Eucaristia*, ed. Paulistas 1976, pp. 7.8.

Como diz Gelineau⁽²⁾, nunca a Igreja celebrou tantas missas e administrou tantos sacramentos como nos nossos dias. Este fenómeno, porém, valorizando de certo modo a liturgia, põe-na ao mesmo tempo numa situação crítica. Muitos dos problemas actuais respeitantes à participação nas celebrações não provém principalmente de uma inadaptação das formas rituais mas sobretudo do desequilíbrio entre a evangelização e o sacramento, entre a vida cristã e o culto. Querer introduzir a liturgia e a Missa em todas as circunstâncias parece-nos bastante grave. Tal maneira de proceder revela uma falta de respeito para com os sacramentos e um respeito bastante equívoco para com as pessoas.

Quando os documentos conciliares afirmam que a Eucaristia é a fonte e o ponto culminante de toda a evangelização ou que na Eucaristia está contido todo o bem espiritual da Igreja⁽³⁾, não pretendem afirmar que seja possível, lícito ou proveitoso reduzir toda a vida cristã a uma indiferenciada tendência para a Eucaristia, saltando por cima das condições previamente requeridas para se captar o seu sentido: «A sagrada Liturgia não esgota a acção da Igreja porque antes de os homens poderem participar na Liturgia precisam de ouvir o apelo à fé e à conversão... Aos que crêem a Igreja tem o dever de pregar constantemente a fé e a penitência, de dispô-los à recepção dos sacramentos» (SC 9). «Sobretudo para aqueles que parecem entender e acreditar pouco o que frequentam, é necessária a pregação da Palavra para o próprio ministério dos sacramentos, enquanto são sacramentos da fé que nasce da Palavra e da Palavra se alimenta» (PO 4).

Na verdade, a acção da Igreja ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo baptismo se reúnam em assembleia para louvar a Deus, participar no Sacrifício e comer a Ceia do Senhor, vivendo unidos no amor e sendo fiéis na vida a quanto receberam pela fé (cf. SC 9-10).

Encontramos, pois, aqui um itinerário cujas etapas devem ser percorridas. Se não se realizarem estas condições prévias, é lícito concluir que houve equívoco a respeito do próprio significado da Eucaristia e que, por mais frequente que possa ser a participação no rito, esta não significa necessariamente um alto nível de fé e de vida cristã⁽⁴⁾.

⁽²⁾ J. GELINEAU, *Demain la liturgie*, ed. Cerf, Paris 1976, pp. 19s.

⁽³⁾ PO 5-6; SC 10; CD 30; AG 9, etc..

⁽⁴⁾ L. M. PIGNATIELLO, *op. cit.*, p. 9.

1. Significado e implicações da iniciação à Eucaristia

Como a própria palavra indica e de acordo com a tradição mais antiga, a «iniciação» é uma introdução gradual e progressiva, é um caminho que há que percorrer, através de um aprofundamento que se realiza em etapas sucessivas até à plena inserção na vida da Igreja. A iniciação cristã é todo um processo de conversão da mente, de perspectivas e de hábitos ao longo de um certo tempo, marcado por celebrações adaptadas a cada etapa e que culmina na celebração dos sacramentos da iniciação: Baptismo, Confirmação e Eucaristia. Neste sentido a Eucaristia pode considerar-se a meta final, o coroamento de toda a iniciação.

Quando hoje se fala de iniciação cristã ou de iniciação à Eucaristia, pensa-se normalmente na primeira catequese das crianças. Também esta põe sérios problemas. Aqui, porém, queremos falar de uma iniciação de adultos, mesmo daqueles que já receberam os sacramentos da iniciação.

Podé perguntar-se que sentido tem falar de iniciação ou de catecumenado quando os cristãos já foram iniciados recebendo os sacramentos da iniciação cristã. Cumpre-nos dizer que os termos tomam às vezes um sentido mais amplo e que o que importa principalmente é descobrir a perspectiva de uma pastoral de que hoje se sente necessidade e que alguns chamam catecumenal. Tal perspectiva parte de uma constatação e de uma opção; constatação de que há muitos baptizados cuja fé é vaga e quase inexistente e uma opção pastoral que consiste em acolher os baptizados em situação «catecumenal» e dar-lhes os meios de avançarem⁽⁵⁾.

Há de facto uma grande diversidade de baptizados, desde os que não crêem ou não praticam até àqueles que pertencem plenamente à Igreja. Por estes motivos, há lugar para pensar nas possibilidades de um neo-catecumenado que reinicie os cristãos na fé, na vida litúrgica e na corresponsabilidade eclesial.

Dá-se até o caso, a julgar por algumas experiências entre nós, que os «catecúmenos» são, a maior parte das vezes, cristãos praticantes que procuram uma Igreja comunitária concreta, de cariz profético, celebrando uma liturgia «viva» e plenamente aberta ao compromisso cristão completo. Com maioria de razão podemos admitir a urgência da iniciação à Eucaristia e da iniciação cristã em geral para quantos

(5) H. BOURGEOIS, *Pour une catéchuménal*, in *Carême 77*, ed. Chalet, Lyon 1977, p. 4.

baptizados numa idade infantil não chegaram a um amadurecimento na fé e a uma participação consciente na liturgia.

Levanta-se entretanto uma outra objecção: que sentido tem uma iniciação à Eucaristia gradual, progressiva e lenta para quantos, ao longo do ano, sem esforço algum e sem problemas especiais, frequentam a Missa e recebem a Comunhão? Não será o mesmo que pretender que alguém que atingiu comodamente o cimo da montanha utilizando o teleférico tenha de descer até ao vale para voltar a fazer a subida, com esforço e a pé?

Como diz Pignatiello ⁽⁶⁾, a comparação é apropriada mas a conclusão pode ser paradoxal. O turista pode perfeitamente ir no teleférico até ao cimo da montanha, contemplar o panorama, tomar a sua refeição e descer comodamente de regresso ao vale. Mas a ninguém ocorrerá chamar-lhe alpinista nem ele terá a pretensão de se julgar tal, nem de ser um bom conhecedor da montanha. Aquela subida constituiu um parêntesis sem importância no conjunto da sua vida, uma espécie de evasão. Na ausência de uma verdadeira iniciação, a Eucaristia reduziu-se, na vida de muitos cristãos, às proporções da subida de teleférico, da evasão ilusória, da fuga da realidade. Mas será isto a Eucaristia? Serão estes os fins para que Cristo a instituiu?

2. Etapas do itinerário da iniciação

Como para qualquer itinerário, também para o da iniciação à Eucaristia é necessário conhecer a meta a que se pretende chegar e as fases de desenvolvimento do percurso. A meta é *a Missa ou Ceia do Senhor: memorial, fracção do pão, penhor da glória futura*, já apresentada na conferência do P. José Ferreira. Tal meta, porém, não se atinge de um salto, mas através de etapas que procuraremos identificar:

— Já se disse que *a Eucaristia é a fonte de toda a evangelização*.

De facto, na Eucaristia está contida a essência da «alegre notícia» realizada em Cristo: a nossa salvação mediante o mistério da sua morte e ressurreição. Não se trata apenas de um anúncio verbal, mas do próprio acontecimento da salvação a realizar-se. Não basta, porém, a enunciação desta maravilhosa realidade para que ela nos possua, fazendo de nós homens novos. Não basta conhecer a realidade; é necessário aderir-lhe na fé. E aderir pela fé significa também deixar-se implicar pelas consequências que brotam do facto enunciado.

(6) L. M. PIGNATIELLO, *op. cit.*, pp. 13-14.

Transmitir a Mensagem aparecia antigamente como um esforço do espírito, como um ensinamento, como uma transmissão doutrinal. Sem excluir totalmente esta dimensão intelectual, a caminhada na fé situa-se principalmente ao nível do testemunho, um nível mais globalmente humano, mais próximo da relação familiar que da relação escolar (7).

A evangelização é acompanhada por «sinais» e apoia-se sobre eles. Paulo VI di-lo claramente na *Evangelii nuntiandi*:

«Jesus realiza esta proclamação através de inumeráveis sinais... E entre todos, o sinal a que Ele dá uma grande importância: os pequenos, os pobres são evangelizados, tornam-se seus discípulos, reúnem-se «em seu nome» na comunidade dos crentes (n. 12). O Evangelho deve ser proclamado antes de mais pelo testemunho — proclamação, silenciosa mas muito forte e eficaz, da Boa Nova. Há aí um gesto inicial de evangelização... E a este testemunho todos os cristãos são chamados (n. 21). Anunciar a libertação, ajudar a esta libertação, não é, de modo nenhum, estranho à evangelização» (n. 30).

Evangelizar a partir dos «sinais dos tempos» é introduzir na relação entre a evangelização e os sinais sacramentais. O mesmo documento apresenta algumas clarificações:

«A evangelização exprime toda a sua riqueza, quando realiza uma ligação, o mais íntima possível, entre a Palavra e os sacramentos. Num certo sentido há um equívoco em contrapor, como já algumas vezes se fez, a evangelização à sacramentalização. É bem verdade que uma certa maneira de administrar os sacramentos, sem um sólido apoio na catequese destes mesmos sacramentos e numa catequese global, acabaria por privá-los, em grande parte, da sua eficácia. O papel da evangelização é precisamente o de educar de tal modo para a fé, que esta leve depois cada um dos cristãos a viver — e não a limitar-se a receber passivamente, ou pior ainda a suportar — os sacramentos como eles realmente são, verdadeiros sacramentos da fé» (n. 47).

Lembra o mesmo documento que «o Espírito Santo é o agente principal da evangelização: é Ele que impele cada um a anunciar o Evangelho e é Ele que no mais fundo das consciências leva a aceitar e compreender a palavra da salvação. Mas pode dizer-se também que Ele é o termo da evangelização: só Ele suscita a nova criação, a humanidade nova a que a evangelização deve conduzir, com a unidade na variedade que a mesma evangelização intenta promover na comunidade cristã. Através d'Ele o Evangelho penetra no coração do mundo, porque

(7) H. LEMERCIER, *Le cheminement dans la foi*, in *ParLit* 6 (1971) 495.

é Ele que faz discernir os sinais dos tempos — os sinais de Deus — que a evangelização descobre e põe em relevo no interior da história» (n. 75).

É o mesmo Espírito que na epiclese da Missa se invoca sobre os dons e sobre os comungantes, para que venham a formar um só corpo e um só espírito.

— A segunda etapa é constituída pela *tomada de consciência do próprio Baptismo*.

É esta também uma etapa imprescindível. Assim como o Baptismo é a porta normal de entrada no caminho da salvação, assim também viver o Baptismo é uma condição propedêutica para viver a Eucaristia. Visto que não estamos a ocupar-nos de não baptizados mas de cristãos (se bem que muitas vezes a nível de consciência explícita não haja grande diferença), há que recordar que na sua vida ocorreu um facto objectivamente revolucionário: o Baptismo. Nele se realizou o início daquela realidade que é significada e actuada na Eucaristia ⁽⁸⁾.

Cremos que uma catequese bíblica com base nas figuras do Baptismo e da Eucaristia ajudaria os cristãos a compreender melhor a relação dinâmica entre estes dois sacramentos, entre a vida do baptizado e a celebração da Eucaristia. É que «o Baptismo está ordenado à integral profissão de fé, à plena incorporação nos meios da salvação, à plena inserção na comunidade eucarística» (UR 22).

Administrar o Baptismo pode ser um gesto simples e rápido; iniciar numa caminhada de fé é uma marcha longa e difícil. O ensino teológico transmitido a muitas gerações de padres formou para a administração válida dos sacramentos pouco se importando com o acompanhamento das pessoas numa busca de fé. Daí que se exija dos pastores uma contínua conversão de mentalidade e de procedimento. E isto em corresponsabilidade com outros cristãos, pois só em grupo se poderá proporcionar aos candidatos um ambiente cristão capaz de os ajudar a descobrir o rosto novo da Igreja ⁽⁹⁾.

Por outro lado, se se tem esta preocupação pelos baptizados mal crentes, pode dar-se o caso que esta atenção transforme pouco a pouco a Igreja e que cada vez haja mais não-baptizados a ser catecúmenos no sentido estrito. Não se trata de dizer sem «nuance»: o Baptismo dos adultos é que é exemplar. Todos estamos de acordo em afirmar o valor para a criança e para a Igreja de um Baptismo recebido próximo

⁽⁸⁾ L. M. PIGNATIELLO, *op. cit.*, p. 21.

⁽⁹⁾ H. LEMERCIER, *art. cit.*, pp. 499-502.

do nascimento. E todo o Baptismo, de adultos ou de crianças, deve ser considerado como o sinal de entrada numa comunidade de crentes. Mas a questão deve ser posta a esta comunidade: és tu suficientemente adulta na fé para gerares filhos? Trata-se de uma questão pastoral, de uma questão concreta.

Ainda aqui, a experiência do catecumenado dos adultos, das comunidades catecumenais, poderia ajudar-nos a compreender melhor o que poderia ser hoje a caminhada de fé até à participação plena e consciente na comunidade adulta dos crentes, na comunhão eucarística.

— A terceira etapa da iniciação à Eucaristia é constituída pela *experiência de fraternidade e solidariedade no seio do povo de Deus*.

Olhando para a vida das primeiras comunidades cristãs e observando hoje esta ou aquela comunidade que chamamos «viva», podemos verificar que o que reúne os crentes não é uma lei exterior nem um mandamento como a obrigação da missa dominical. Cada um vai, livre e voluntariamente à reunião, como se uma necessidade interna e uma alegria profunda o levasse a tal. Cada qual precisa de expressar e celebrar a sua fé, de a dizer em comunhão com outros. E é esta partilha que faz nascer uma comunhão mais profunda entre os crentes. Os Actos dos Apóstolos descrevem estes primeiros irmãos, reunidos num mesmo lugar, feitos participantes de Cristo, cada um experimentando com os outros uma solidariedade que vai até à comunicação dos bens (Act 2, 42-47).

Esta necessidade, este impulso que leva à partilha da fé com os irmãos, faz nascer uma alegria profunda, um louvor, uma acção de graças comum: Deus libertou-nos, fez aliança connosco, deu-nos o seu Espírito ⁽¹⁰⁾.

Biblicamente, a Eucaristia é antes de mais memorial de libertação. A primeira refeição que marcou a consciência judaica é aquela que foi tomada às escondidas dos Egípcios, para fugir à exploração do Faraó e conquistar a liberdade. É neste contexto pascal que Jesus celebra a Ceia, em sinal da libertação que iria realizar uma vez por todas. É neste clima que os Apóstolos se reúnem «num mesmo lugar» para o banquete da Ressurreição.

A «fracção do pão» aparece como o sinal da unidade e o vínculo da caridade. Por meio dela a unidade dos filhos de Deus é significada

⁽¹⁰⁾ AA. VV., Baptismo e Eucaristia (Iniciação Teológica, 12), ed. Paulistas 1976, pp. 40-42.

e produzida, conduzindo ao seu pleno desenvolvimento. Ai se recorda que não há maior amor do que dar a vida pelos amigos (Jo 15, 13) para dizer até onde deve estender-se a caridade recíproca. Esta experiência comunitária será sempre a experiência mais concreta do que é a Igreja e é na Eucaristia que ela encontrará a sua expressão mais completa e significativa (SC 41). Sem esta aprendizagem sob forma de experiência não será possível entender o que é a Igreja e muito menos o que é a Eucaristia.

— A quarta etapa da iniciação à Eucaristia é constituída pela *experiência litúrgica*.

O termo «iniciação» conserva ainda hoje uma referência mística, alusiva à experiência ritual que introduz num grupo religioso. A iniciação cristã como instituição existiu de facto nos primeiros séculos da Igreja e existe ainda hoje principalmente nos países de missão. E o Concílio Vaticano II determinou que se restaurasse o catecumenado dos adultos, com vários graus, de modo a poder dar-se a conveniente catequese e a santificar esse tempo por meio de ritos sagrados a celebrar em ocasiões sucessivas (SC 64). Em 1972 foi promulgado o «Ordo Initiationis Christianae Adultorum», cuja tradução portuguesa aparecerá dentro de algum tempo.

A iniciação cristã dos adultos compreende um tempo de evangelização e catequese em ordem à fé e à conversão, vários ritos, uma iniciação à oração e à vida comunitária e a celebração dos sacramentos da iniciação celebrados normalmente na Vigília Pascal. Depois dos sacramentos da iniciação compreende ainda um tempo de catequese chamada «mistagógica», isto é, uma catequese sobre os mistérios em que se foi iniciado, a partir dos próprios ritos. É este o campo da pastoral litúrgica propriamente dita e da catequese sacramental. Mas a pastoral litúrgica não é mais do que uma parte da actividade da Igreja. A pastoral profética precede a pastoral litúrgica e nunca deixa de a acompanhar. No caso da Eucaristia é necessário ajudar as pessoas, pelo acolhimento, pela evangelização e pela catequese a progredirem no aprofundamento do seu significado e implicações de modo a nela participarem com verdade.

Há quem parta de um ponto de vista diferente: «Tudo o que quereis fazer e tudo o que fazeis, dizem, encontra-se na Missa bem compreendida e celebrada». Eles podem ter razão, todavia isso supõe evidentemente que a catequese — e não simplesmente o ordenamento

dos ritos — asseguressa autenticidade. Caso contrário, o sacramento gasta-se e cai-se na «inflação litúrgica» (11).

Não se trata pois de criar formas de culto atraentes, acessíveis mesmo aos pagãos. A história das origens cristãs mostra que, normalmente, os pagãos não eram atraídos à fé pelo espectáculo de cerimónias comoventes e impressionantes. A sua conversão começava pelas questões postas pela vida e caridade dos cristãos, às quais respondia uma primeira evangelização. E só após um longo período de catecumenado é que eram introduzidos na celebração dos mistérios (12).

A descoberta dos sinais de Deus na história dos homens, a iluminação do Verbo e do Espírito, a tomada de consciência do Baptismo, foram introduzindo na comunhão dos crentes, na oração pessoal e comunitária. Aí a presença de Cristo é reconhecida, não de um modo racional e abstracto, mas na comunhão dos crentes, na partilha da Palavra e na experiência mistérica da liturgia. Experiência que necessita, também ela, de uma iniciação gradual, até introduzir naquela oração perfeita que é a Eucaristia (SC 7).

Para esta iniciação progressiva seria necessário encontrar liturgias, não necessariamente eucarísticas, a níveis muito diversos. Na actualidade quase não possuímos experiências «rituais» no que diz respeito ao neo-catecumenado ou re-iniciação de adultos. Mas se há vários níveis de pertença à Igreja, deveria haver igualmente vários níveis de sacramentalidade.

O *Ordo* da iniciação cristã dos adultos poderá oferecer sugestões válidas neste campo, mas, dado que se trata de sugestões e não de receitas, um espaço de criatividade se abre à imaginação dos pastores. Se a cada etapa corresponder uma celebração adaptada, então há esperanças de que a celebração da Eucaristia venha a recuperar o seu significado e o seu lugar no conjunto da vida cristã.

— Finalmente, a quinta etapa da iniciação à Eucaristia é a *experiência missionária*.

A Eucaristia é a revelação permanente do amor do Pai e da sua vontade salvífica que não hesitou em enviar e entregar o próprio Filho, para que todos os homens cheguem ao conhecimento da verdade e sejam salvos. A experiência da comunidade orante não fecha o cristão num «gheto» mas abre-o ao mundo inteiro.

(11) R. GANTOY, *De la vie à la liturgie et à l'Eucharistie*, in *ParLit* 4(1970) 317.

(12) C. FLORISTAN, *El ritual de la iniciacion cristiana de adultos*, in *Phase* 94(1976)

Não se trata de fazer proselitismo. Trata-se antes de «exprimir na vida quanto se recebeu pela fé» (SC 10), despertando um primeiro interesse e criando a predisposição para o anúncio da Boa Nova. É uma acção missionária que há-de desenvolver-se no ambiente de cada um, mas há-de ser também um testemunho comunitário, pois sem uma comunhão concreta com outros crentes será difícil ser um testemunho eloquente de uma Igreja missionária ⁽¹³⁾.

E assim, ao mesmo tempo que o cristão atinge a meta da sua iniciação à Eucaristia, sob o seu impulso tem início o ciclo e a caminhada de outras pessoas, chamadas à fé pelo testemunho dos crentes, tornado crível pelo seu aprofundamento e compromisso.

É o que por outras palavras diz Gelineau, referindo-se à assembleia cristã: «A assembleia voltará à imagem de um grupo em que cresce a fé, se nela for restabelecida a circulação e o andamento: aberta e acolhedora para com os simpatizantes; atenta aos iniciantes e aos que estão em progresso; respeitosa para com o desenvolvimento das situações individuais; cuidadosa com os irregulares ou mal integrados; exigente em preservar os fiéis de toda a falsa segurança. A imagem do círculo fechado deve ser substituído pela de zonas concêntricas interpenetráveis. O centro é a Eucaristia, para onde convergem as etapas da fé e de onde irradia toda a acção missionária» ⁽¹⁴⁾.

L. RIBEIRO

⁽¹³⁾ L. M. PIGNATIELLO, *op. cit.*, 23-24.

⁽¹⁴⁾ J. GELINEAU, *Em vossas assembleias*, 1 — *Teologia pastoral da Missa*, ed. Paulinas, São Paulo 1973, p. 60.

A Celebração da Missa e a sua estrutura dinâmica

I. A Liturgia da Palavra na Missa

A Palavra de Deus tem uma grande importância na história do povo de Israel. Tão grande que, sem ela, esse povo não teria existido ou não seria aquilo que é — o Povo de Deus. A Palavra de Deus está para o povo da Antiga Aliança como a Encarnação de Jesus Cristo para o do Novo Testamento.

Efectivamente trata-se do mesmo mistério. No Antigo Testamento, Deus reúne o seu povo pela sua Palavra, pela qual criou o mundo e a história de Israel; no Novo Testamento, continua a reunir o seu povo por Jesus Cristo, Palavra incarnada, criadora de um mundo novo e de uma história que abre sobre a vida eterna.

Esta constatação bíblica, que é também uma certeza histórica, tem para a Igreja uma consequência enorme: ela só pode existir, crescer e renovar-se na medida em que se edificar sobre a Palavra de Deus. A Palavra de Deus não é, para a Igreja, apenas uma condição de maior vitalidade, mas também e sobretudo condição de vida. Sem Palavra de Deus ela não definharia somente; sem a Palavra de Deus a Igreja morreria.

A Palavra de Deus nas assembleias de Israel

Um dia, em pleno deserto do Sinai, Deus, servindo-se do ministério de Moisés, convocou o povo que Ele próprio tirara do Egípto, dessa terra de escravidão, e conduziu até ali, no meio de perigos sem

conta, realizando em seu favor sinais e prodígios, o maior dos quais foi a travessia do Mar Vermelho. Só Deus tivera a iniciativa de libertar o povo escravizado; é ainda só Deus que tem a iniciativa de lhe falar.

Moisés sobe ao monte e aí recebe a revelação dos Dez Mandamentos, a Lei do Senhor (Ex. 20). Em seguida desce da montanha e anuncia ao povo, reunido em assembleia, todas as palavras que o Senhor lhe comunicara (Ex. 24, 3) e que constituíam os termos de um contrato, de uma Aliança que Deus lhes propunha. O povo aceita esta Aliança, dizendo: «Tudo o que o Senhor disse, nós o faremos e lhe obedeceremos» (Ex. 24, 7). É então que Moisés realiza um sacrifício de animais. E, tomando parte do sangue, lança-o sobre o povo como sinal do contrato que acabava de ser firmado, dizendo: «Este é o sangue da Aliança que o Senhor concluiu convosco mediante todas estas cláusulas» (Ex. 24, 8).

Alguns anos depois, os israelitas entram na Terra Prometida, conduzidos não já por Moisés, que entretanto morrera (Deut. 34), mas por Josué. E numa assembleia solene é renovada a Aliança do Sinai (Jos. 24).

Em meio de vicissitudes sem conta se vai realizando a história deste povo. E chega até o dia de um novo cativoiro. Não é já a caminho do Egito que seguem esses homens e essas mulheres, de coração despedaçado, deixando atrás de si aquilo que de mais caro possuíam: a sua terra, a terra dos seus pais. Agora, o destino é Babilónia. Deus, porém, não os esquece. E se o caminho da ida é regado pelas lágrimas dos que choram, o do regresso, anos depois, é palmilhado na esperança de uma vida nova que vai recomeçar. Chegados a Jerusalém, «todo o povo se reúne como um só homem na praça que fica ao pé da porta das águas» (Neem, 8, 1). Esdras traz o livro da Lei (v. 2), sobe para um estrado de madeira e lê no livro, explicando ao mesmo tempo o sentido, para que todos compreendam a leitura. De pé, todos escutam e aclamam, levantando as mãos: «Amen, amen» (v. 6). Nascera uma nova liturgia da Aliança. A partir de agora, todos os sábados, ela vai ser celebrada nas sinagogas pelas assembleias locais judaicas. É assim que as futuras gerações irão aprendendo a meditar essa Palavra que tinha feito nascer o povo a que elas próprias pertencem e que continuará a ser a razão da sua existência de homens livres.

A Palavra de Deus nas assembleias cristãs

Mas «depois de ter falado outrora aos nossos pais, muitas vezes e de muitas maneiras, pelos profetas, Deus, nestes tempos que são os últimos, falou-nos por seu Filho» (Heb. 1, 1-2).

Jesus Cristo é a Palavra de Deus, redigida não já por Moisés, por Josué ou por Esdras sobre pergaminhos inertes, mas realizada no nascimento de Belém, na sua vida, nos seus milagres, na sua morte e na sua ressurreição.

A comunidade cristã, após a Ascensão do Senhor ao Céu e a vinda do Espírito Santo no Pentecostes, compreendeu a importância decisiva da Palavra nas suas celebrações litúrgicas, particularmente na celebração da Ceia do Senhor. E não de uma palavra qualquer, mas exactamente dessa que a Bíblia dos judeus continha e daquela que Jesus pronunciara e os Apóstolos nos transmitiram. Desde os primeiros balbuciantes da liturgia cristã, a Igreja sempre pensou, como ainda hoje, que só a Palavra de Deus é digna de entrar na liturgia da Eucaristia.

Efectivamente, aí a utilizou com abundância nos primeiros séculos e nas várias famílias litúrgicas, de Antioquia a Roma, das Espanhas às margens do rio Eufrates. Mas a partir de certa data, não foi capaz de evitar um formalismo cada vez maior. Para nos referirmos apenas ao caso da liturgia romana, lembramos que a leitura da Palavra de Deus na Missa era feita de costas voltadas para o povo, numa língua que a pouco e pouco foi deixando de ser compreendida e num texto que representava a ínfima parte do conjunto da Bíblia.

Foi pois em boa hora que o Concílio Vaticano II pediu «uma leitura mais abundante, mais variada e mais adaptada da Sagrada Escritura» (1). O novo Leccionário do rito romano representa o esforço mais corajoso levado a cabo pela Igreja nos últimos 15 séculos para abrir ao povo cristão os tesouros da revelação de Deus.

Não se pense, porém, que a reforma dos corações e das mentalidades, fim último da reforma litúrgica, se realiza com a edição de um leccionário excelente. Essa só é possível no quotidiano das nossas celebrações litúrgicas e da própria vida de fé das comunidades.

(1) SC. 35, 1.

A expressão «Liturgia da Palavra»

Com a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, a expressão «Liturgia da Palavra», já utilizada pelos liturgistas contemporâneos, faz a sua primeira aparição nos documentos oficiais da Igreja e logo a seguir nos livros litúrgicos propriamente ditos. Trata-se, portanto, de uma expressão nova, embora a realidade por ela designada seja, como acabámos de recordar em traços muito breves, tão antiga como o próprio povo de Israel.

Elementos e finalidade da Liturgia da Palavra

A Instrução Geral do Missal Romano de Paulo VI enumera os 5 elementos que formam a estrutura da Liturgia da Palavra: «O elemento principal da Liturgia da Palavra é constituído pelas leituras tiradas da Sagrada Escritura e cantos intercalares. Servem-lhe de desenvolvimento e conclusão a homilia, a profissão de fé e a oração dos fiéis» (IGMR 33). E logo a seguir refere-se o mesmo documento à força, ao realismo e à finalidade dessa Liturgia da Palavra: «Nas leituras, comentadas na homilia, Deus fala ao seu povo, desvenda-lhe o mistério da redenção e salvação e oferece-lhe o alimento espiritual. Pela sua Palavra, o próprio Cristo está presente no meio dos fiéis. Pelo canto, o povo faz sua a Palavra divina e exprime a sua adesão a esta Palavra pela profissão de fé. Assim alimentado por ela, eleva a Deus as suas preces na oração universal pelas necessidades de toda a Igreja e salvação do mundo inteiro» (IGMR, *ib.*).

O dinamismo interno da Liturgia da Palavra

Uma certa leitura do número da Instrução Geral do Missal Romano que acabamos de recordar poderia levar-nos a pensar que a Liturgia da Palavra da Missa é uma simples sucessão de elementos diversos sem outra ligação entre si para além daquela que resulta da sua proximidade.

Ora, a celebração litúrgica da Missa e de um modo particular a sua Liturgia da Palavra não é um mero alinhar de elementos: leituras, cânticos e orações. Ela é acção unificada, que implica uma progressão e manifesta um sentido. Por isso, não basta realizar correctamente cada um dos vários elementos indicados para se atingir a finalidade

que lhes é própria. Tal como na música para se conseguir harmonia de sons não basta colocar notas ao lado umas das outras ou escrever compassos sucessivos, mas ainda é preciso que essas notas façam acordes e que os compassos se liguem harmoniosamente, aqui passa-se outro tanto. Na celebração tudo está orientado para que a Palavra penetre cada vez com mais profundidade na assembleia e nela produza frutos de conversão e de contemplação das maravilhas de Deus.

Os textos do Antigo Testamento são os que se lêem em primeiro lugar. Eles falam dessa longa expectativa do homem e da lenta preparação levada a cabo por Deus, para que Jesus Cristo fosse reconhecido e aceite pela humanidade inteira. Por isso, a sua leitura é realizada com a maior simplicidade possível. Um leitor sobe ao ambão e daí proclama a primeira leitura.

Vem logo a seguir o salmo responsorial. É a resposta da assembleia à Palavra proclamada. Resposta lírica, poética, mais bela e incisiva do que a leitura antes proclamada. Não é uma resposta qualquer. É sim um retomar da mensagem bíblica pela assembleia, que a faz sua cantando-a. Os salmos são orações inspiradas por Deus para neles exprimirmos a nossa própria oração. Assim se estabelece o diálogo entre Deus e o seu povo ali reunido, diálogo em que os interlocutores falam a mesma linguagem.

Deus, que despertou o interesse da assembleia e lhe ensinou a resposta certa, faz-lhe agora uma outra proposta. A segunda leitura sobe de tom. Está mais perto de nós no tempo, pois é tirada no Novo Testamento. Habitualmente, ela recorda à comunidade que celebra a Eucaristia, a vida das primeiras comunidades cristãs e o conteúdo e expressão da sua fé. É um convite sereno, mas muito firme, dirigido aos cristãos de hoje a confrontarem-se decididamente com a fé dos cristãos de ontem. A voz do leitor há-de saber comunicar essa diferença, pelo dinamismo da própria leitura e pelo calor humano que lhe há-de saber imprimir.

E eis que vai ser proclamado o Evangelho. A assembleia levanta-se. Já não pode agora ficar sentada. Tem necessidade de manifestar, mesmo fisicamente, o respeito que lhe merece esta terceira leitura. É o próprio Senhor Jesus que lhe vem falar. Como ficar sentada, como não cantar a plenos pulmões «Aleluia»?! A proclamação do Evangelho é ainda sublinhada de outros modos: é lido por um diácono ou por um sacerdote, é precedido de um diálogo e seguido de uma aclamação.

Agora é o próprio presidente da assembleia que avança e parte o pão da Palavra aos fiéis presentes, numa palavra viva. A homilia,

que pode ser seguida de um tempo de silêncio, é um momento importante da celebração. Ela é palavra de Deus ao nível da comunidade celebrante, «amplificação» da Palavra eterna no tempo que nós vivemos e não apenas discurso humano sobre Deus: «Depois de haverdes recebido a palavra por nós pregada, aceitaste-a, não como palavra de homem, mas como Palavra de Deus» ⁽²⁾. Ela realiza um modo de presença de Cristo ⁽³⁾.

O silêncio que pode seguir-se à homilia não é desinteresse. É antes interiorização da mensagem e preparação para o «Credo», a profissão de fé dos fiéis adultos, pela qual a assembleia responde uma vez mais à Palavra proclamada e agora explicada.

Mas falta ainda qualquer coisa. Deus falou ao seu povo, comunicou-lhe a sua riqueza. E a assembleia dá-se conta que ainda Lhe não pediu nada, a Ele que tudo Lhe pode dar. E a palavra escutada antes surge de novo, mas transformada em pedidos e súplicas pela Igreja e pelo mundo, na oração universal. Agora sim! Podemos terminar. O presidente conclui em nome de todos e a assembleia ractifica a sua oração com um último «Amen» que é também o remate final de toda a Liturgia da Palavra.

Proclamar a Palavra — Escutar a Palavra

Ler a Bíblia pessoalmente pode ser útil mas não é necessário para chegar à fé e nela crescer. Escutar a Palavra, isso sim, é indispensável, porque aí se realiza o encontro directo com o Senhor nela realmente presente. Jesus Cristo não mandou escrever a sua mensagem num livro; mandou proclamar uma Boa Nova.

Proclamar a Palavra de Deus na liturgia é escutar, nessa Palavra viva, o Filho de Deus; é encontrá-Lo: «Cristo está sempre presente junto da sua Igreja principalmente nas acções litúrgicas..., pois é Ele próprio que fala quando aí se lêem as sagradas Escrituras» ⁽⁴⁾, é Ele que anuncia o Evangelho ⁽⁵⁾. A palavra proclamada manifesta a presença de Cristo, realiza essa presença. Por isso, a própria assembleia deve criar um clima de escuta e cada fiel há-de saber colocar-se em atitude de oração e de expectativa, para que a palavra actue no seu coração.

⁽²⁾ 1 Tes. 2, 13.

⁽³⁾ «Eucharisticum Mysterium, 55.

⁽⁴⁾ SC 7.

⁽⁵⁾ SC 33; IGMR 9.

São de um bispo do século VI estas palavras dirigidas precisamente a uma comunidade de cristãos que celebrava a Eucaristia: «O que acreditaís ser mais importante: a Palavra de Deus ou o Corpo de Cristo? Se quiserdes dizer-me a verdade, deveis responder-me que a Palavra de Deus não é menos importante do que o Corpo de Cristo. E por isso não será menos culpado o que escuta a Palavra de Deus com negligência do que aquele que deixa cair por terra, por desleixo, o Corpo do Senhor» (6).

Os ministros da leitura

Por ser tão importante a proclamação da Palavra na liturgia, logo nos primeiros tempos da Igreja encontramos notícias acerca dos leitores. S. Justino, por volta do ano 150 e S. Hipólito de Roma, 70 anos depois, ambos falam deles. Os leitores nunca deveriam faltar em nenhuma forma de celebração da Missa, onde desempenham um papel específico: «O leitor desempenha uma função própria na celebração da Eucaristia; deve, por isso, exercê-la ele mesmo, ainda que estejam presentes ministros de ordem superior» (IGMR 66).

O leitor é assim apresentado como o mais importante dos ministros não ordenados. Ele desempenha uma missão autêntica, isto é, nele se realiza uma verdadeira presença de Cristo. Ele não é substituível por ninguém na função que lhe é própria e, ainda mesmo que seja leigo, há-de preferir-se a um ministro de ordens sacras, sacerdote ou diácono, que esteja presente.

É aliás a importância da função ministerial do leitor que justifica o que o mesmo número da Instrução Geral do Missal acrescenta logo a seguir: «Para que a audição das leituras divinas desperte no coração dos fiéis suave e intenso afecto pelas sagradas Escrituras, importa que os leitores que desempenham tal ministério, ainda que não tenham sido instituídos, sejam realmente idóneos e estejam muito bem preparados» (IGMR 66).

Preparação das leituras — Fazer as leituras

A Palavra de Deus não pode nem deve ser feita de qualquer maneira, mas com gravidade, inteligência e convicção. Ela deve ser preparada com antecedência, trabalhada, se possível mesmo meditada. Ela deve

(6) S. CESÁRIO DE ARLES, Sermão 78, 2.

ser rodeada de uma atmosfera que a situe e faça escutar não como um ensino qualquer, mas como comunicação de vida que se realiza na fé.

O leitor, no acto da leitura, deve ter consciência de estar ao serviço da Palavra de Deus e do povo reunido. Não deve, por isso, começar a leitura antes da assembleia estar em silêncio, deve ler em voz alta e inteligível, respeitando o sentido e o ritmo das frases e assim permitir que a palavra seja compreendida e assimilada. O leitor funciona aqui como «transmissor» e a assembleia como «receptor». A palavra sai-lhe da boca, chega aos ouvidos do que a escuta, passa ao cérebro para ser compreendida e só depois desce ao coração, onde será acolhida e guardada. O caminho que ela tem a percorrer é tão longo e as operações do trajecto tão delicadas, que, se o leitor não tiver cuidado, acabará por dificultar a função própria da proclamação que ele mesmo está a realizar.

Há ainda que ter em conta o lugar, donde se faz a leitura, a dimensão da assembleia e a sua receptividade. A utilização do microfone não dispensa destes cuidados. Nesta matéria convém fugir de todo o amadorismo. Proclamar a Palavra de Deus na assembleia é uma verdadeira arte, que difere, no entanto, da arte teatral. O leitor não é um artista de declamação. Não deve, por isso mesmo, colocar-se em evidência, mas deve saber dar relevo ao texto que anuncia. Não são historietas o que ele lê. Por seu intermédio é o próprio Cristo que proclama, naquele momento, uma fase do mistério da salvação.

Leituras não bíblicas na liturgia da Missa

Há quem pense ser útil e quem goste de utilizar na celebração da liturgia eucarística textos não bíblicos. As razões invocadas são as mais diversas e os textos umas vezes pertencem à tradição cristã (homilias dos Santos Padres), outras são páginas escritas por grandes vultos da humanidade (Luther King, Gandi...), outras ainda textos profanos cuja linguagem parece mais actual do que a de algumas leituras bíblicas.

Que pensar de tal atitude mental ou de semelhante prática litúrgica? Como situar esses textos em relação àqueles que a Igreja propõe nos seus riquíssimos Leccionários?

Sem termos a pretensão de responder de maneira satisfatória às muitas questões que o tema suscita, pensamos que toda a reflexão sobre tal assunto deveria ter em conta: *a)* que em nenhum caso tais textos podem substituir completamente a Palavra de Deus; *b)* que usados com critério eles podem, no entanto, ser muito úteis e enriquecer as

nossas celebrações; c) que a utilizarem-se em certas celebrações se devem colocar sempre antes ou depois da Palavra de Deus e ter-se o cuidado de marcar a diferença entre uns e outros.

Efectivamente, pensamos que só a Palavra de Deus é totalmente válida para celebrar a Aliança de Deus com os homens e que nenhuma outra palavra deverá entrar em concorrência com ela e no mesmo pé de igualdade, embora reconheçamos que certos textos que pertencem ao património espiritual da humanidade possam ser muito úteis para preparar, ilustrar ou ajudar a descobrir toda a riqueza que a Palavra do Senhor encerra. Mas nunca para a substituir. Tal como não se substitui o pão eucarístico por pão ordinário na celebração da Ceia de Jesus, também não se há-de substituir a Palavra de Deus pelas palavras dos homens.

L. CORDEIRO

II. A Oração Universal

A Missa — como qualquer outra celebração — tem o seu ritmo próprio. Uma celebração não é uma simples sucessão de elementos diferentes, mas um grande movimento que se põe em marcha, se desenvolve, culmina e conclui. Os elementos sucessivos organizam-se e encadeiam-se para construir um grande ritmo animado de um sopro interior. Descobrir este ritmo para fazer de cada celebração uma criação nova, e não uma simples execução, é um dos segredos da vida litúrgica.

Numa celebração litúrgica, a oração universal apresenta-se a maior parte das vezes como conclusão da liturgia da Palavra. Ela aparece como a resposta suplicante do povo crente, interpelado pela Palavra de Deus. Alimentado por esta Palavra, o povo santo dos batizados reorienta-a em oração por toda a Igreja e por todo o mundo. É, de facto, o universo inteiro levado diante de Deus.

A oração universal exprime assim, no coração da liturgia, um alargar dos limites da assembleia. Porque, quanto mais o crente se descobre amado por Deus, mais ele descobre que este amor é por todos os homens.

A oração universal ou oração dos fiéis exprime a fé da comunidade reunida. Padres e leigos estão diversamente comprometidos na Igreja e no mundo, mas todos participam no mesmo amor gratuito de Deus, na mesma missão para com o mundo. «Na oração universal, ou oração dos fiéis, o povo, exercendo o seu sacerdócio, reza por todos os homens. Assim convém que se faça habitualmente nas Missas com participação do povo» (IGMR 45).

I. É uma oração

1. *Voltada para Deus.* Qualquer que seja a forma da frase, a oração deve favorecer e exprimir o movimento da assembleia para Deus. Na fé, ela apresenta a Deus os sofrimentos, as lutas, as alegrias e as esperanças de todos os homens.

Isto parece elementar, e entretanto quantas orações não se reduzem a uma lição feita à assembleia! A oração dos fiéis não é ocasião para atacar, informar, comprometer, mas para expôr, como comunidade de crentes, desejos de bem para todos.

Iluminada pela Palavra de Deus, a assembleia olha também para as outras assembleias de crentes e assume o sofrimento e a alegria do mundo para, a partir deles, fazer oração.

2. *Uma oração universal.* As intenções fundamentais a inscrever numa oração universal têm por fim assegurar a dimensão verdadeiramente universal que caracteriza a oração autenticamente cristã: ela deve conduzir a assembleia a ultrapassar os seus próprios horizontes.

Este carácter universal da oração não seria respeitado se se esquecessem os grandes sectores de preocupação que deveriam ser os de todo o cristão:

- a vida da Igreja
- a construção do mundo
- os mais infelizes
- a própria comunidade local.

Muitas vezes será conveniente apoiar-se sobre um acontecimento concreto para, a partir daí, rezar por todos aqueles que se encontram em situação semelhante. O presidente poderá, se necessário, completar as intenções, alargar a significação, abrir para um mais além. Em certas assembleias, a oração universal pode ser também questão posta a Deus, expressão da caminhada dos homens e da sua busca de sentido para a vida.

II. Como compôr a oração universal?

1. *A introdução*, em que o presidente convida a assembleia a rezar, tem por fim lembrar aos fiéis o sentido desta oração, a sua motivação, a sua importância, ou estabelecer a ligação com a liturgia do dia e as leituras escutadas.

2. *A conclusão*, pronunciada igualmente pelo presidente e ratificada pelo *Amen* de todos os fiéis, não é uma intenção a mais nem um duplicado da introdução. Ela deve ser o apresentar da oração comum ao Pai e o sinal da comunhão com Cristo e com a Igreja universal.

3. *As intenções* de oração são propostas por um só ou por vários membros da assembleia, elaboradas anteriormente ou espontâneas. Mas é necessário estar atento:

- a) a não evocar ideias: trata-se de rezar por pessoas ou grupos;
- b) a não apresentar um Deus tapa-buracos ou Pai Natal distribuidor de presentes: o Deus que nós invocamos é verdadeiramente o Deus revelado em Jesus Cristo?
- c) a não fazer da oração uma contínua lamentação deprimente: trata-se de rezar por aquilo que não corre, mas também para que se realizem em Cristo os projectos dos homens.

A cada uma das intenções segue a *resposta da assembleia*, que pode ser um refrão ou mesmo um tempo de silêncio.

4. Quanto ao *conjunto da oração*, é desejável uma estrutura semelhante para cada uma das frases. Por exemplo, elas serão: todas *monições* convidando a assembleia a rezar (ex: «Oremos pelos desalojados...»); ou todas *interpelações* dirigidas directamente a Deus (ex: «Os nossos irmãos sofrem, Senhor: nós Vo-los lembramos na nossa oração»); ou *enunciação de um facto* a partir do qual se faz oração (ex: «Os bispos portugueses estão reunidos em Fátima. Pelo sucesso dos seus trabalhos, nós Vos pedimos»).

Esta unidade de estrutura é evidentemente menos necessária num pequeno grupo ou em invocações espontâneas. Mas em qualquer dos casos, e tanto quanto possível, o conjunto da oração — convite do celebrante, enunciado das intenções e resposta dos fiéis — deve ser coerente. Não deve acontecer, por exemplo, que o sacerdote convide a assembleia a rezar a Cristo, que as intenções se dirijam ao Pai e que a assembleia aclame: «Espírito Santo, vinde aos nossos corações...».

III. As fontes da inspiração

a) *A partir dos acontecimentos*. Um facto pode ser ocasião de oração. Mas é necessário poder dizê-lo em poucas palavras e estender, universalizar, essa situação. Por exemplo: há greve na fábrica do lugar; a assembleia não poderá falar dela a Deus? Mas que dizer e como dizer? Poderia ser uma frase como esta: «Olhai aqueles que sofrem com a greve. Por eles e por todos os trabalhadores preocupados com o seu ganha-pão, nós Vos pedimos». Oração política? Sim, não é

necessário calar os conflitos, mas deve estar-se atento a não fazer lições aos outros, ou impôr-lhes as nossas opções pessoais.

b) *A partir da liturgia.* Um texto do evangelho, que tenha sido comentado e actualizado na homilia, pode tornar-se uma fonte de oração. Que esperanças é que esta Palavra nos abre? Que angústias revela? Mas atenção a não fazer uma segunda homilia ou aplicações moralizantes.

c) *A partir de refrões escolhidos.* Eles podem exprimir a atitude de oração da assembleia: de súplica («Senhor, ouvi-nos; Senhor atendei-nos»), de bênção, de louvor («Bendito sois, Senhor!»). Neste caso a intenção interpelará a assembleia, propondo situações de vida, donde brota a oração.

Os refrões podem ainda exprimir um atributo de Deus, a sua acção na história da salvação («O Senhor está próximo daqueles que O invocam», etc...). Neste caso, as intenções devem ser uma oração dirigida a Deus, a que responde a assembleia para dizer a sua fé.

IV. Questões abertas

1. *A oração universal é unicamente de pedido?* O aspecto bênção ou louvor não é de excluir, mas é necessário medir bem o seu teor: há ritmos e acentos a respeitar, caso contrário arriscamo-nos a confundir as linhas da celebração. Além disso, a «nuance» é de manobra delicada: não devemos, por exemplo, justapor um pedido nas intenções e uma resposta como «Bendito seja!».

A oração universal apresenta-se normalmente como uma oração de súplica, um pedir simples e concreto por todos: não fórmulas estereotipadas, mas expressão adaptada à assembleia em cada momento. Se é normal que muitas vezes se utilizem formulários já feitos — os oficiais ou os que oferecem outras publicações — eles deveriam sempre ser revistos e adaptados. Não é justo encerrar a oração universal num quadro demasiado rígido, sendo ela um dos raros momentos abertos à criatividade.

2. *Como proceder no caso de intenções espontâneas?* O sacerdote, ou um animador, pode indicar brevemente o eixo da oração, para orientar as intenções, por exemplo: «Oremos pelos cristãos do mundo». Aqueles que intervêm fazem-no do seu lugar, brevemente, mas com nitidez, de modo a serem ouvidos. Deverá evitar-se um desfile diante do micro.

O presidente deve estar atento ao equilíbrio da oração e pode completar discretamente as várias intenções.

3. *Qual é o lugar da oração universal?* O seu lugar habitual, entre a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística, corresponde ao desenvolvimento normal da celebração: a Palavra, vindo aos ouvidos do crente, desce ao seu coração para se elevar para Deus num grito de oração.

Em certos momentos, porém, talvez haja conveniência em situar de outro modo a oração da assembleia, segundo o desenvolvimento da própria liturgia (as ladainhas dos santos na Vigília Pascal ou nas ordenações), ou ainda o sacramento celebrado: pode, por exemplo, imaginar-se uma intercessão antes das palavras de compromisso no matrimónio. Mas geralmente, haverá vantagem em reservar o nome de oração universal ou oração dos fiéis para a intercessão que conclui a liturgia da Palavra e inicia a liturgia eucarística, antes do ofertório ou apresentação dos dons.

L. RIBEIRO

III. A Liturgia Eucarística da Missa

Os elementos fundamentais da liturgia cristã são a *palavra* e o *rito*, este no sentido de acção simbólica. No caso da Missa, podemos dizer que, de maneira geral, a *Palavra* é a primeira parte — a Liturgia da Palavra — e o *rito* é a segunda — a liturgia eucarística. (Todavia, também, dentro do próprio rito eucarístico podemos falar de palavra e de rito). Outros falaram já da celebração da Palavra na Missa; falemos agora do rito, que é, como dissemos, a Eucaristia, isto é, a segunda parte ou a liturgia eucarística. Por uma questão didáctica, sempre que falar de Eucaristia ou de liturgia eucarística refiro-me a esta segunda parte da Missa somente. Para o conjunto da celebração direi, de preferência, Missa, sem entrar na questão de saber se é melhor chamar a esta, assim mesmo, «Missa» ou antes «Eucaristia».

Dados bíblicos e expressão litúrgica

A liturgia eucarística da Missa renova a Ceia do Senhor, tanto no seu mistério, como até no modo de o celebrar. Já anteriormente se tratou aqui desse mistério; agora falemos, ainda que sumariamente, da sua celebração.

Os textos da Sagrada Escritura que se referem à instituição da Eucaristia encerram o essencial dessa instituição em quatro verbos:

- Jesus a) *tomon* o pão, *tomon* o cálice com vinho,
b) *pronunciou uma* oração de *acção de graças*,
c) *partiu* o pão,
d) *deu-o* aos discípulos
e o vinho igualmente.

A celebração da Eucaristia na Missa vai reproduzir estes *quatro tempos*:

- a) Jesus *tomon* o pão, *tomon* o cálice com vinho: a isto corresponde, na Missa, o rito da *apresentação dos dons*, vulgarmente chamado «ofer-tório»;

b) Jesus *pronunciou uma acção de graças*: a isto corresponde a *oração eucarística*;

c) Jesus *partiu o pão*: corresponde-lhe, na Missa, a *fracção do pão consagrado*;

d) Jesus *deu o pão e o vinho* consagrados: corresponde-lhe a *comunhão*.

Podíamos, por isso, estabelecer o seguinte quadro paralelo:

Na Ceia	Na Missa
Jesus 1. tomou o pão, tomou o cálice	1. Apresentação dos dons
2. pronunciou a acção de graças	2. Oração eucarística
3. partiu o pão	3. Fracção do pão consa- grado
4. deu-o c, do mesmo modo, o cálice	4. Comunhão

Estes quatro tempos não têm todos a mesma importância nem a mesma autonomia. Assim, a apresentação dos dons (ofertório) está toda orientada para o que segue; e a fracção faz quase uma unidade com a comunhão, em ordem à qual se realiza.

A «Ceia do Senhor» da liturgia cristã deixou cair os outros ritos da ceia pascal judaica, agora sem interesse, visto que o Cordeiro pascal desta nova Ceia da nova Aliança é agora o Corpo e o Sangue do Senhor, sob as aparências do pão e do vinho consagrados. Daí que a oração de acção de graças, a «benção», seja, na Missa, uma só sobre o pão e o vinho, a oração eucarística, e que o tomar o pão e o cálice se tenham reunido também num único rito inicial, que veio a ser a apresentação dos dons, o ofertório.

Vou passar a analisar, ainda que rapidamente, os dois primeiros tempos da celebração eucarística, isto é, a *Apresentação dos dons* e a *Oração Eucarística*.

A APRESENTAÇÃO DOS DONOS

Nome e significação

O nome de «ofertório», que tem estado em uso nos últimos tempos, é termo um tanto equívoco para este momento, que é ainda só um momento de preparação, todo orientado para o que virá a seguir, e que será o verdadeiro momento da *oblação* ou do ofertório. De facto, a partir de tempos já recuados, a liturgia, para além do que é essencial à estrutura de cada celebração, começou a admitir elementos vários, de ordem secundária, por vezes mesmo paralelos e até estranhos àquela estrutura, e que nem sempre foram muito bons intérpretes do sentido genuíno da celebração em que apareceram. Um dos casos mais significativos foi precisamente o desta parte da Missa. Apesar de simplificado aquando da reforma litúrgica que se seguiu ao Concílio de Trento (o Missal reformado a seguir ao Concílio é de 1570), o «ofertório», tal como nós o conhecemos até 1969, ano em que foi publicado o *Ordinário da Missa* do Missal reformado a seguir ao Concílio Vaticano II, era uma como que antecipação precipitada da celebração eucarística. Recordemos as antigas orações, como: «Recebei, Pai Santo, esta hóstia imaculada», «Nós Vos oferecemos, Senhor, o cálice da salvação», «Recebei, Trindade Santíssima, esta oblação», que antecipavam o que depois seria repetido no Cântico. Houve quem lhe chegasse a chamar «o pequeno Cântico».

Paralelamente a estas fórmulas, a *espiritualidade* que delas nasceu (e isso não foi sem interesse como sinal da ligação entre a espiritualidade e a liturgia!) centrou também nesta altura da Missa um dos momentos máximos da participação activa, enquanto fez dele o momento principal para expressar o seu desejo de «oferecer» e de «oferecer-se». A «oração eucarística» que vem a seguir é que é a *oração ofertorial* por excelência, como lá expressamente se diz: «Celebrando agora, Senhor, o memorial da morte e ressurreição de vosso Filho, nós Vos *oferecemos*...». Mas tal não se podia ouvir, porque o Cântico era dito em silêncio e em latim, e tinha-se a impressão que o momento de participação para os fiéis já tinha passado (no ofertório) ou ainda não tinha chegado (na comunhão) e que aquele era só para o sacerdote!

Os *cânticos* chamados de ofertório, e até «coros falados», «cortejos de ofertório» e outras formas expressivas de participação oblativa

fizeram deste momento quase que um rito autónomo e como que um pequeno sacrifício pré-eucarístico.

Na realidade, se a intenção foi boa, já assim não o foi a sua realização. O «ofertório» é acima de tudo a «apresentação dos dons» sobre os quais a «oração eucarística» renovará o sacrifício do Senhor, a Ceia do Senhor, que há-de ser depois participada na comunhão. Por isso, o nosso Missal, sem abandonar totalmente o nome de «ofertório», chama a este primeiro tempo da celebração da Eucaristia a *apresentação dos dons*.

A densidade espiritual que o passado lhe atribuiu não é de deitar fora. Diria que ela é antes digna de ser prolongada por toda a oração eucarística, porque o ofertório, sendo tempo de preparação, está já carregado de toda a densidade espiritual de que há-de estar o tempo da oração eucarística e da comunhão. Ao ofertório prepara-se o altar, preparam-se os dons, e preparam-se as pessoas.

Quanto às expressões rituais a utilizar, é preciso adaptá-los ao momento, não empolgando desmesuradamente os ritos, não antecipando atitudes, não desfazendo o essencial. O rito foi muito simplificado e a nova estrutura é guia seguro para a sua celebração.

O silêncio da assembleia ou um fundo musical repousante, o estar sentado em expectativa podem favorecer o repouso espiritual e a concentração que preparam a entrada, com toda a densidade e calor, na solene proclamação da «oração eucarística».

Evolução do rito da apresentação dos dons

Tomar o pão e o vinho e a água para a celebração da Eucaristia é, primariamente, um gesto utilitário. São trazidos, porque são necessários; sem eles não se pode fazer a Ceia do Senhor. Daí que S. Justino († c. 165), o primeiro a descrever-nos o rito da celebração eucarística, diga simplesmente: «Em seguida, quando acabámos de orar (a oração dos fiéis), apresenta-se pão e vinho e água, e o que preside eleva orações e acções de graças...». Tudo se reduz a «apresentar ao que preside» os dons para a celebração, como ele se exprime noutra passagem paralela. De facto, no século II, o rito que, muito mais tarde, chegou a ter o nome de «ofertório» reduzia-se a apresentar os dons ao que preside em ordem a ele pronunciar sobre eles a oração eucarística e depois os distribuir em comunhão. E aliás esta a estrutura ritual essencial de toda a celebração da Eucaristia.

Cerca de oitenta anos depois, S. Hipólito († 235) já se refere a este momento da celebração nestes termos: «Os diáconos apresen-

tam-lhe (ao bispo) a *oblação* e este, impondo sobre ela as mãos, juntamente com todo o presbitério, diz, dando graças...». E segue a oração eucarística.

Os dons são já *apresentados pelos diáconos* e são chamados *oblação*, termo que tem já uma cor nitidamente sacral; mas não parece que esta «apresentação da oblação» seja tida já como um rito, como uma acção ritual.

Simultaneamente existe o hábito de trazer, *por ocasião da celebração*, dons com que depois se possam «socorrer todos os que se encontram em necessidade», como escreve ainda o mesmo S. Justino. Mas isso não está ligado com o «ofertório» em ordem ao rito da Eucaristia.

Todavia, S. Cipriano († 258), bispo de Cartago, testemunha já do costume de os fiéis trazerem os dons para a celebração da Eucaristia e chama-lhes «sacrifício», porque são coisas destinados ao Sacrifício do Senhor.

Mais tarde encontramos, bem estabelecido, o costume de fazer da apresentação dos dons um rito litúrgico, que, a seu modo, signifique o destino desses dons — a Eucaristia — e disponha os fiéis para a celebração da mesma. O rito desenvolveu-se, por vezes, de maneira excessiva, como vimos; hoje tentou-se a sua simplificação, sobretudo procurou-se que ele, por um lado, não antecipasse indevidamente o que vai ser expresso na oração eucarística, por outro, que ele colocasse desde já a assembleia na perspectiva e quase no clima eucarístico daquela oração. Não é o que se exprime já nas pequenas «benções» uma sobre o pão, outra sobre o vinho: «Bendito sejas, Senhor, pelo pão que nos dais..., pelo vinho que nos dais...»?

Estrutura do rito

Apesar da simplicidade da sua significação, o rito pode parecer ainda um tanto complexo. Podemos agrupar assim os seus elementos: (entre parêntesis indicam-se os números da Introdução Geral do Missal Romano (IGMR) que a eles se referem):

1. *Preparação do altar*: colocação do corporal, do cálice e da patena, do sanguíneo e do missal sobre o altar (100).

2. *Recolha dos dons e outras ofertas* dos fiéis e aceitação dos mesmos pelo sacerdote e ministros, possivelmente acompanhada de um cântico (101).

3. *Apresentação do pão e do vinho com água sobre o altar* acompanhada dos respectivos formulários (102-104 e 105).

4. *Incensação* das oblatas, do altar, do sacerdote e do povo, sempre possível, nunca obrigatória (105).

5. «*Lavabo*» (106).

6. *Oração sobre as oblatas*, introduzida pelo invitatório: «Orai, irmãos» (107).

Todo este conjunto se pode ainda reduzir a dois elementos principais, que determinam aliás a linha estrutural do rito do ofertório:

— a apresentação dos dons sobre o altar;

— a oração presidencial sobre as oblatas que a conclui.

Rito de preparação, o ofertório deveria ser o momento imediatamente preparatório para a densidade espiritual da oração eucarística.

J. FERREIRA

II

A ORAÇÃO EUCARÍSTICA

Na última Ceia, Jesus deu graças, quer dizer, proclamou a grande *benção* ou *eucaristia*, no sentido de *oração de louvor e acção de graças*.

Na Missa, corresponde-lhe hoje a *Oração Eucarística*, (a que até há pouco se chamou *Cánon*, quando era uma só), e a que também se dá o nome de *anáfora*, por que é designada entre os cristãos dos ritos orientais.

O nome e a significação

Já ficou explicado que «eucaristia» significa, primariamente, oração de louvor e acção de graças; só depois, mas consequentemente, se aplicou ao mistério que nessa oração é celebrado, o mistério eucarístico, a Eucaristia. As duas significações aparecem já em S. Justino, cerca do ano 150: «O que preside fez uma longa *eucaristia*... Quando ele termina... a eucaristia, todo o povo presente diz a aclamação: «Amen»... Este alimento [o pão e o vinho consagrados pela eucaristia] chama-se entre nós *Eucaristia*». (Apol. I 65-66). A oração chamada «eucaristia» é uma oração na qual se faz a evocação das maravilhas de Deus, e em particular da maior de todas elas, a que dá sentido a todas as demais, a morte e a ressurreição do Senhor, a Páscoa de Jesus, e na qual se dão graças a Deus por essas maravilhas, actualizando-as para nós, hoje, para que também nós possamos participar na sua Páscoa.

Esta parte central de toda a celebração eucarística é, antes de mais, uma *oração*. Tudo se passa em oração. É uma oração que parte da contemplação das maravilhas de Deus ao longo das histórias da salvação. A evocação dessa história de salvação faz-se logo, em parte, no início, no que chamamos o *prefácio*. Aí se evoca, em cada dia, um ou outro aspecto de história da salvação: no Natal, o nascimento, na Epifania, a manifestação, no tempo da paixão, a paixão e morte, na Páscoa, a morte e ressurreição, e assim por diante. O ideal seria fazer sempre a evocação de toda a história da salvação, mas tal não é possível em cada dia; por isso, nos limitamos a um ou outro aspecto, em consonância com o dia ou o tempo litúrgico. Na actual *Oração Eucarística II* apenas se faz referência à história de Jesus Cristo; já

na *Oração Eucarística IV* há uma longa referência à história desde o princípio até à vinda do Espírito Santo. Mas há um momento dessa história que nunca pode ser omitido: é a Páscoa do Senhor, a sua morte e ressurreição, e, naturalmente, o momento em que o Senhor instituiu a Eucaristia como sacramento que havia de perpetuar a memória dessa morte e ressurreição.

A oração eucarística é uma oração, mas *oração de louvor e acção de graças*, justamente porque o reconhecimento que fazemos, na fé, da Páscoa do Senhor no-la apresentam como mistério de libertação, de salvação, de modo que não o podemos evocar e celebrar senão dando graças ao Pai que nos salvou por seu Filho. Logo desde o início fica bem clara esta perspectiva da oração eucarística. O último invítório que o presidente dirige a toda a assembleia anuncia sem rodeios: «*Demos graças ao Senhor nosso Deus*». E depois da resposta do povo, que manifesta a comunhão no mesmo sentimento, a grande oração, retomando a deixa da aclamação da assembleia, começa afirmando claramente o seu carácter de acção de graças: «*É nosso dever, é nossa salvação dar-Vos graças, Senhor...*».

O coração da celebração eucarística

A oração eucarística é o coração de toda a celebração que nela encontra também o seu ponto culminante. De facto, o que na liturgia da Palavra foi anunciada nas leituras, no salmo, na homilia, na profissão de fé, na oração universal, é agora proclamado em louvor e acção de graças. Deus falou-nos, em revelação; agora nós respondemos em oração. O mistério até aqui anunciado na Palavra é agora representado no rito, que, por sua vez, vai ser também acção que se faz e palavra que o diz; e essa palavra é a oração eucarística sobre a mesa de Ceia do Senhor, a verdadeira benção da mesa, e mesa que é altar.

Nada deveria ser mais consciencializado do que esta oração, quer por parte do presidente, quer por parte de toda a assembleia. Como na aparição de Jesus ressuscitado aos discípulos de Emaús, até este momento, a Palavra deverá ter aquecido os corações, e esse calor terá de encontrar a sua expressão mais quente nesta oração (e na comunhão que se lhe segue) e aí reconhecer plenamente o Senhor, como eles O reconheceram na fracção do pão.

O clima espiritual da oração eucarística é o de contemplação, de serenidade, de quem reconhece e agradece o dom inefável do Pai

em seu Filho no Espírito. Toda e qualquer forma de participação que pretenda ser activa por outros meios que não sejam os que levam a este ambiente espiritual, tal como ele se manifesta no texto da oração eucarística e no modo de o proclamar será... uma piedosa distracção (!), mas não participação activa. Isto deve pensar-se sobretudo em relação às aclamações dos fiéis, particularmente a do «Santo».

Oração presidencial

É uma das principais funções do sacerdote presidente da celebração (bispo ou presbítero) formular a oração. Até este momento, têm sido vários os intervenientes na acção litúrgica: leitores, cantores, acólitos. Agora, como aliás sempre que a oração deve ser formulada em nome de toda a assembleia, é o presidente que a formula. Ele é no meio da assembleia o sinal de Cristo como Cabeça da Igreja; assim ele é a cabeça da assembleia litúrgica, que é, por sua vez, o sinal local da Igreja dispersa por toda a Terra. A oração eucarística é oração de toda a assembleia, mas que a proclama pela boca do seu presidente; é oração da Igreja proclamada pela boca de Cristo, sua Cabeça e Sacerdote.

Até aqui, a celebração como que veio de fora para dentro, da periferia para o interior; agora ela atinge o coração, o centro e o vértice. Por isso, como Jesus na última Ceia foi quem pronunciou a grande bênção pascal, assim agora na Eucaristia da Igreja, ela é pronunciada por aquele, que no meio da Igreja, é o sinal de Cristo, como sua Cabeça.

Os próprios concelebrantes que circundam o altar a escutam em silêncio, sentindo-se a proclamá-la pela boca daquele que preside. Só juntarão a sua voz na parte central, certamente por uma exigência mais canónica de que teológica, em virtude da aquisição dos últimos séculos e que a Igreja mantém; por isso, exigência que exige, indiscutivelmente.

Daí que é coisa sem sentido atribuir a outros que não ao presidente (ou aos concelebrantes na parte que lhes toca, como fica dito) o todo ou alguma parte da oração eucarística, além, é evidente, das aclamações, de que falaremos em seguida.

Oração de toda a assembleia

O facto de ser proclamada pelo presidente não faz com que a oração eucarística deixe de ser oração de toda a assembleia. Pelo contrário; é justamente por ser de toda a assembleia que ela é proclamada pelo seu presidente.

E é assim pela própria natureza dessa oração: ela é a resposta da Igreja, em louvor e acção de graças, ao Pai pelo dom da salvação em seu Filho.

O silêncio da assembleia durante a oração eucarística não é passividade; há-de ser antes comunhão de espírito e de coração que se diz pela boca daquele que lhe preside e lhe foi dado como ministro dos mistérios de Deus. A própria atitude exterior da assembleia pretende significar a união com o celebrante durante toda a oração.

Mas a assembleia também se manifesta para exprimir essa união interior com o sacerdote e a sua participação activa na oração que ele vai proferindo. A maneira normal (e mais eficaz) de a assembleia manifestar a sua participação na oração presidencial são as *aclamações*. Dá-se o nome genérico de *aclamações* às diversas fórmulas, geralmente breves e incisivas, por vezes mais contemplativas, consoante os casos, com que a assembleia interfere nos formulários do presidente ou dos ministros.

Na oração eucarística, pelo menos por quatro vezes, a assembleia faz ouvir as suas aclamações: no *diálogo inicial*, antes do prefácio; no fim do prefácio, com o «*Santo*»; depois da Consagração, com a chamada *aclamação da anamnese*; e no fim, com o «*Amen*» conclusivo de toda a oração eucarística.

O primeiro grupo de aclamações, porque são três neste momento, o *diálogo inicial* no princípio da oração, pretende pôr toda a assembleia consciente daquilo que vai fazer, «dar graças ao Senhor nosso Deus», como se dissesse: proclamar a eucaristia de louvor, renovando, na Ceia do Senhor, o mistério da sua Páscoa, para nele poder participar aqui e agora.

A segunda aclamação é o *Santo*. O «*Santo*» é a continuação, quanto ao pensamento e até quanto à forma literária, do hino que é o prefácio. O «*Santo*» não é uma peça que se apõe ou se sobrepõe à oração eucarística; «esta aclamação constitui parte da própria oração eucarística» (IGMR 55 b), e deve, por isso mesmo, «ser proferida por todo o povo juntamente com o sacerdote» (*ib.*). «É a conclusão do prefácio» (*Ord. Miss.* 27). O texto é nada menos do que a célebre aclamação do *Livro de Isaias* (Is. 6, 3), depois retomada no *Apocalipse* (Ap 4, 8), usada na oração cristã desde tempos tão antigos, e não se vê muito bem que ela possa facilmente ser substituída por qualquer outra coisa, mesmo parecida!

Quanto à melodia do «*Santo*», a melhor é aquele que melhor prolongue o ambiente do prefácio e melhor proporcione a continuação, depois, da mesma oração eucarística. Mas as saudades são tão portu-

guesas, que, apesar de todas as reformas litúrgicas, não podemos esquecer os tempos em que o *Sanctus* era uma peça musical extra, e tão extra que passava por cima da oração eucarística, a ponto de o seu último versículo, o *Benedictus*, ir cair para lá da consagração! Muitos dos actuais «Santo», embora a outros títulos, não serão muito melhores. Às vezes, aparecem ali, entre o prefácio e o que segue, como Pilatos no Credo!

Outro momento de intervenção da assembleia é a *aclamação da anamnese*, aquela que se segue à narração da Ceia e consagração. «Anamnese» quer dizer «lembrança», «memória». Dá-se este nome à parte da oração eucarística que, nas palavras do sacerdote, se segue imediatamente à narração da Ceia e que começa: «Celebrando agora, Senhor, o *memorial*...». Esta parte da oração eucarística faz eco ao mandato do Senhor, referido imediatamente antes: «Fazei isto em *memória* de Mim». A Eucaristia é a celebração do *memorial* da morte e ressurreição de Jesus, como Ele mandou. O celebrante di-lo claramente, *em oração*, na parte citada. A assembleia proclama-o, *em aclamação*: «Anunciamos, Senhor, a vossa morte, proclamamos a vossa ressurreição».

Esta aclamação é muito importante, porque, por meio dela, a assembleia toma consciência do mistério que está a celebrar e proclama-o de forma muito directa, quase com as mesmas palavras com que o sacerdote o vai proclamar na parte da oração que segue.

A aclamação dos fiéis é introduzida pela exclamação do celebrante: «Eis o mistério da fé!», que não pretende significar, de maneira directa, a presença real do Senhor sobre o altar, mas, mais do que isso, que o que estamos a celebrar é o «mistério da fé», a saber, o mistério pascal da morte e ressurreição do Senhor. É isto que o povo proclama na aclamação. É, por isso, interpretação errada introduzir gestos ou atitudes que pretendam induzir, neste momento, à adoração do Senhor, como seja o erguer a patena e o cálice, o abrir dos braços apontando para o altar, enquanto se diz aquela exclamação. A adoração acabou de ser feita imediatamente antes, logo a seguir à elevação. A tradução portuguesa da exclamação do celebrante não é, de facto, famosa e pode induzir em equívoco.

A última aclamação da oração eucarística é o «*Amen*» final. Este «*Amen*» aparece já referido no texto de S. Justino, atrás citado; é até a única palavra que ele cita ao referir-se à oração eucarística. «*Amen*» é aclamação de origem bíblica, que significa o acordo, a adesão total da assembleia à oração que acaba de ser proclamada. S. Agostinho diria que ele é a assinatura do povo cristão no fim da grande eucaristia. É o «sim» de Cristo à glória do Pai, ressoando na boca da Igreja, na

boca, porque no coração, do povo de Deus. S. Paulo escreve: «Todas as promessas de Deus têm em Cristo o seu «Sim»; é também por Cristo que nós dizemos o nosso «Amen» à glória de Deus» (2 Cor 1, 20). E o Apocalipse: «Assim fala o Amen, a Testemunha fiel e verdadeira, o Príncipe das obras de Deus» (Ap 3, 14), referindo-se a Cristo. É conhecida a referência de S. Jerónimo ao «Amen» do povo que enchia todo o templo.

Já quando o Cântico era em silêncio, o celebrante levantava a voz no fim do «Per ipsum», para que o povo pudesse responder o «Amen», como aliás acontecia sempre que as orações eram ditas em silêncio. Os Gregos seguem o mesmo critério.

A solução hoje frequentemente utilizada nalguns lugares de fazer dizer a toda a assembleia a doxologia final da oração eucarística: «Por Cristo,...» é um erro, que não tem justificação, nem na estrutura da oração, isto é, não cabe na função dessa parte no conjunto de toda a anáfora, nem na origem desse elemento, nem na tradição litúrgica que nunca assim fez.

A doxologia, como se chama essa parte última da oração eucarística, é a fórmula que tradicionalmente retoma, antes de concluir as orações deste tipo, o sentido laudativo da mesma, como que resumindo e concluindo, e a que o povo responde com a aclamação final. Mas a doxologia fez ainda parte do corpo da oração presidencial. Estou em supor que o costume, recente, de atribuir a toda a assembleia partiu do desejo de lhe pôr na boca uma aclamação mais aclamativa que o breve «Amen», habitualmente pouco sonoro. A solução está em encontrar forma expressiva para o «Amen». Algumas tentativas actuais têm-no conseguido com bastante felicidade. Seria questão para imaginar como terá sido o «Amen» do tempo de S. Jerónimo!

Ainda quanto às aclamações, lembro que as novas *orações eucarísticas para as Missas com crianças* contêm várias outras aclamações adaptadas às crianças, para as ajudar a penetrar no sentido das mesmas; mas estão sempre nelas bem integradas, sem lhes perturbar a estrutura nem desviar a atenção do seu sentido fundamental.

Estrutura da oração eucarística

A propósito dos vários aspectos da oração eucarística e de problemas a ela ligados, já se disse alguma coisa sobre a estrutura da mesma. Por isso, limitar-me-ei ao esquema da mesma e a breves comentários, julgados mais oportunos.

Apesar de a oração eucarística ser uma peça una, podem distinguir-se nela vários elementos.

a) *Prefácio.*

O sentido fundamental de oração de acção de graças a partir da contemplação das maravilhas de Deus na história da salvação é apresentado sobretudo, e logo desde o início, no prefácio. Ele é, como disse, um verdadeiro hino ao Pai pelo Filho, unindo num só louvor a voz da Igreja da Terra e do Céu. Não se trata de retórica ou de poesia de fácil inspiração, mas de uma verdade fundamental: Cristo é o Mediador universal, por quem Deus realiza a reconciliação de todas as coisas, tanto os da Terra, como os do Céu pelo Sangue de Jesus, cujo mistério vamos renovar (*Col 1, 20*). É este o desígnio de Deus realizado. Ele de uma vez para sempre. No prefácio, em cada dia se evoca um aspecto particular desse desígnio ou mistério de Deus manifestado em Cristo. Por isso, o prefácio é uma peça móvel dentro do conjunto da oração eucarística. Existem actualmente para cima de oitenta prefácios, alguns muitos belos e cheios de riqueza espiritual. O encontro de todos eles daria a sùmula do mistério da salvação.

Dada a sua natureza hùmnica, o prefácio admite muito bem a expressão cantada, numa cantilação que será a forma de o proclamar de maneira mais vibrante e entusiasmada e mais contemplativa. Será necessário lembrar que as partes cantadas mais importantes são as que pertencem ao sacerdote (e aos ministros), e não primariamente ao coro ou mesmo aos fiéis? A Missa não é um concerto, mas uma celebração! E a música antes de ser um adorno é uma expressão dos textos litùrgicos; para os mais importantes, a mais importante.

b) *Santo.*

A aclamação «Santo» já foi apresentada mais acima; mas convém insistir na articulação absoluta entre o «Santo» e o prefácio, que ele continua e de que é parte. Isto tem incidência nas formas musicais respectivas e na sua execução.

c) *Depois do «Santo».*

Para fazer a passagem entre o «Santo» e a parte que se lhe segue, a epiclese, aparece sempre uma peça de transição que os antigos chamavam simplesmente «Depois do Santo» ou o «Vere sanctus»,

porque começava por estas palavras. A epiclese, como vamos ver, é uma invocação ao *Espírito Santo* para que *santifique* os dons presentes no altar. Acabámos de proclamar que Deus é Santo. A partir da ideia de *santidade*, estabelece-se a articulação lógica: «*Santo, santo, santo...*»; «Vós sois verdadeiramente *santo...*»; «*Santificai* estes dons...». A sequência é perfeita e cheia de beleza; ao mesmo tempo que fornece ponto de partida para uma espiritualidade cristã e base para uma catequese sobre a Eucaristia.

Algumas liturgias usam um texto semelhante ao que o latim ainda usa: «*Pleni sunt caeli et terra*», e ao que nós já usámos, e fazem então a passagem do *Santo* à epiclese por meio da palavra *cheio*, que se encontra no «Santo»: «O céu e a terra estão *cheios* da vossa glória»; «*Enchei*, Senhor», este altar...

Esta peça de transição é normalmente muito breve; mas, na Oração Eucarística IV, atinge uma dimensão desusada. Mas então ela já não é uma peça de simples transição, mas verdadeira evocação da história da salvação. No entanto, ela vai conduzir finalmente também à acção de Espírito Santo na celebração da Eucaristia.

d) *Epiclese (da consagração)*.

A palavra significa «invocação». É a parte da oração eucarística na qual se invoca «o poder divino», para que os dons oferecidos pelos homens sejam consagrados, isto é, se tornem o Corpo e o Sangue de Cristo, e para que a vítima imaculada, que vai ser recebida na Comunhão, seja salvação para os que nela participarem» (IGMR 55c). A epiclese é normalmente dirigida ao Espírito Santo. Esta invocação não existia, ao menos de forma tão expressa como agora existe, até ao aparecimento das novas anáforas em 1968. A epiclese é a proclamação de que o fruto da acção sacerdotal realizada na consagração e depois pela comunhão é obra do Espírito de Deus, e não provém de qualquer outra origem, e que o «poder» sacerdotal é «graça» do poder de Deus.

A epiclese está repartida por dois momentos, um antes da narração da Ceia — é a epiclese de consagração —, outro depois — é a epiclese de comunhão —. Durante a primeira, o presidente, e todos os concelebrantes, estendem as mãos sobre o pão e o cálice, em gesto de invocação sobre os dons destinados à renovação da Ceia do Senhor. No Cânon romano (Oração Eucarística I), a epiclese de comunhão está previsto que o celebrante a diga, inclinado diante do altar. Como entre os Orientais.

e) *Narração da instituição e consagração.*

É o coração da oração eucarística; aí se evoca e se renova o essencial da Ceia do Senhor, e se torna tão denso o sinal do sacrifício pascal do Senhor, que o pão e o vinho passam a ser o seu Corpo e o seu Sangue. Assim se renova, no meio da assembleia, sob os sinais do pão e do vinho, o sacrifício da Nova Aliança.

É a força das palavras do Senhor, por Ele pronunciadas no momento da instituição deste sacramento na última Ceia, e agora retomadas pelo sacerdote, que realizam a consagração e são para nós testemunho desse mistério. S. Justino diz, escrevendo, no lugar citado, para os pagãos do seu tempo: «Assim como, pelo poder do Verbo de Deus, Jesus Cristo nosso Salvador tomou carne e sangue para nossa salvação, assim o alimento consagrado pelas palavras da oração que vêm d'Ele, alimento de que se hão-de alimentar o nosso sangue e a nossa carne, para os transformar, é a Carne e o Sangue de Jesus encarnado. Assim nos foi ensinado» (*Apol* 1, 66). Presença real do Senhor Jesus sob as espécies do pão e do vinho consagrados, em ordem à renovação no meio de nós, por nós e para nós do mistério da sua Páscoa redentora!

Um gesto de adoração sublinha este momento central da oração eucarística; mas não há-de interromper a densidade e a interiorização da mesma.

f) *Aclamação.*

A oração eucarística que se eleva, do princípio ao fim, como oração dirigida ao Pai por Jesus Cristo é agora como que suspensa, não interrompida, por um momento para deixar lugar a uma aclamação da assembleia. É a aclamação da epiclese. Com ela, a assembleia exprime a sua fé no mistério da Eucaristia, reconhecendo e proclamando nele «o mistério da fé», o mistério da morte e ressurreição do Senhor, o mistério da sua e nossa Páscoa.

A aclamação é como que provocada pela exclamação do próprio presidente: «Eis o mistério da fé».

É de notar que, enquanto a oração eucarística é, toda ela, dirigida ao Pai por Jesus Cristo, esta aclamação do povo é dirigida a Jesus Cristo, o que faz que ela não seja parte da Oração Eucarística (como o é o «Santo»). De facto, esta aclamação é uma aclamação lateral à oração eucarística, própria de quem, tomando consciência do que diante de seus olhos está sendo celebrado e em que se sabe participante,

não pode deixar de irromper em aclamação: «Celebramos, Senhor (Jesus), a vossa morte, proclamamos a vossa ressurreição!» A palavra final: «Vinde, Senhor Jesus!» é uma tradução adaptada do texto original, proveniente de S. Paulo, onde ele aparece em continuidade com o anterior, assim: «Anunciamos, Senhor, a vossa morte, proclamamos a vossa ressurreição até à vossa vinda», isto é, até ao fim dos tempos, quando de novo vireis. É que a Eucaristia é deste tempo da Igreja, na expectativa do «mundo que há de vir»!

Duas observações derivadas do que fica dito: — 1) O «Vinde, Senhor Jesus!» não tem, portanto, nada a ver com qualquer coisa como uma invocação ao Senhor para que venha tornar-Se presente na Eucaristia. Aliás já está; a perspectiva é toda escatológica, como acabou de explicar-se; — 2) Penso que os concelebrantes não devem dizer nunca esta aclamação, visto que ela não é parte da anáfora, mas uma aclamação dos que não estão a dizê-la, mas a escutá-la, o povo. Além disso, não teria sentido passar da oração, dirigida ao Pai, à aclamação, dirigida ao Filho, e voltar de novo à oração ao Pai. E ainda, e não será a razão menos evidente, o que a assembleia diz aqui em aclamação é precisamente o que o presidente e os concelebrantes vão dizer imediatamente a seguir em oração, ao prosseguirem a anáfora: «Celebrando agora, Senhor (o Pai), o memorial da morte e ressurreição de vosso Filho,...». Pela mesma razão, penso que, nas celebrações sem presença de fiéis além dos concelebrantes, a aclamação deve igualmente ser omitida, bem como a exclamação do presidente que a introduziria.

Como todas as aclamações, também esta deveria ser frequentemente cantada. Há melodia, e oficial, para ela (como para tudo o que na anáfora poderá ser cantado, no opúsculo intitulado: *Melodias oficiais*, União Gráfica, Lisboa).

g) *Anamnese*

Já acima foi explicado que «anamnese» quer dizer «lembrança», «memória». De maneira genérica, pode chamar-se anamnese à primeira parte de grande número de orações em que se faz a evocação das maravilhas de Deus, antes de passar à invocação ou súplica. Mas, no sentido mais restrito, «anamnese» é o nome que se dá à parte da oração eucarística que se segue à consagração, depois da aclamação de que se acabou de falar. Jesus acrescentou às palavras da instituição: «Fazei isto em memória de Mim». Neste momento, a Igreja confessa, em

oração ao Pai, que, o que ela está fazendo ao celebrar a Eucaristia, é precisamente dar cumprimento ao mandato do Senhor, fazendo «aquilo», a renovação da Ceia, como «memorial» d'Ele. «Memorial» é uma acção simbólica que evoca e torna presente, real mas simbolicamente, uma outra realidade, não imediatamente acessível, para nela podermos participar. No caso da celebração da Eucaristia, ela é o «memorial», a evocação e a presença, da Páscoa do Senhor, da Sua morte e ressurreição, do seu sacrifício redentor. «Memorial» não é apenas «recordação», «evocação», mas presença, embora de maneira simbólica, isto é, através de um sinal; o que não quer dizer que seja por isso menos real. E esta celebração do memorial é em ordem à participação da assembleia que o celebra. Por isso, a anáfora continua: «Celebrando o memorial..., nós Vos oferecemos...» Celebra-se o memorial para que, celebrando-o, ofereçamos o sacrifício do Senhor. Celebrá-lo é oferecê-lo, e para o oferecermos só celebrando-o. Tal é a unidade que liga Cristo à sua Igreja que ela não tem outro sacrifício para oferecer senão o que o seu Senhor, Jesus Cristo, lhe entregou para que ela o celebrasse.

Celebrando o memorial, que é a Eucaristia, a Igreja faz seu o sacrifício de Cristo. É Ele a sua vítima, o seu dom para ela oferecer ao Pai, o preço da sua redenção; mas, oferecendo-O («oferecemos este sacrifício santo, esta hóstia imaculada»), ela oferece-se a si mesma n'Ele e com Ele. Cristo é inseparável da sua Igreja e a Igreja é inseparável de Jesus Cristo. Se a Igreja renova, hoje, o memorial do Senhor é justamente para que ela possa, hoje, passar deste mundo para o Pai, entrar hoje na Páscoa de Cristo, para se encontrar com o Pai.

A anamnese faz necessariamente referência à morte e à ressurreição do Senhor, e, por vezes, alarga esta referência a outros aspectos do mistério pascal, como a Ascensão e a última vinda.

Esta parte é indispensável à oração eucarística, pois é nela que a Igreja afirma a sua participação no sacrifício do Senhor.

h) Epiclese (da comunhão)

Já acima se apresentou esta segunda parte da epiclese que se orienta para a comunhão. Com ela termina a parte considerada central da anáfora; por isso os concelebrantes intervêm até este momento.

A Oração Eucarística I tem estrutura um pouco especial. Nela, o equivalente a esta parte da epiclese é a terceira oração depois da consagração: «Nós Vos suplicamos...».

Pelo contrário, na Oração Eucarística III, a terceira parte já não é epiclese, mas início das intercessões. Por vezes origina-se certa confusão por ela começar com uma referência ao Espírito Santo, aparentemente na continuação da epiclese imediatamente anterior: «O mesmo Espírito Santo faça de nós uma oferenda permanente...». Mas, de facto, esta parte já não pertence à epiclese.

i) *Intercessões*

Chama-se «intercessões» à última parte da anáfora, em que se faz a evocação dos diversos sectores da Igreja. As «intercessões» não são nem uma repetição da oração dos fiéis, nem o seu prolongamento; são um modo de evocar e significar a unidade da Igreja, de que a celebração da Eucaristia é o sacramento por excelência. As «intercessões» não são tanto para *rezar por*, como para *rezar em união com*. É isto mesmo que o texto frequentemente diz: «Lembra-Vos, Senhor, da vossa Igreja..., e em união com o nosso Papa, o nosso bispo,...»; «Confirmai a vossa Igreja na fé e na caridade,... com o vosso servo o nosso Papa...».

É esta a razão por que sempre se nomeia o Papa, sinal visível da unidade universal; e o Bispo do lugar, sinal local da comunhão de fé de todas as assembleias que se reúnem dentro de cada diocese, sejam elas quais forem e provenham elas donde provieram. É por isso anormal ou omitir o nome do Bispo do lugar onde se celebra, por não ser o nosso Bispo, ou referir-se, de maneira geral, aos «nossos Bispos». O Episcopado universal ou «todo o Colégio episcopal» torna-se presente e visível em cada lugar por meio do Bispo de cada lugar. A liturgia é expressão viva da situação concreta da Igreja. Ela não pretende fazer teologia, mas é lugar teológico da melhor raiz; é a oração da Igreja, como ela se reconhece à luz da revelação de Deus!

A referência a «todo o clero» e aos «ministros sagrados» não é clericalismo, mas prolongamento do ministério da Igreja, que está no Bispo em plenitude.

Convém não alargar a referência aos defuntos, até para não fomentar nas pessoas a ideia de que a Missa é sobretudo oração pelos mortos. A referência aos «que partiram antes de nós» é ainda maneira de estender a unidade da Igreja aos que, sendo embora «os que partiram já deste mundo», partiram «marcados com o sinal da fé», que é o Baptismo, e são, por isso, da mesma Igreja una, desta Igreja que se encontra sempre toda no sinal da unidade que é a Eucaristia.

É pela mesma razão que se evocam os Santos do céu: são a Igreja já no céu, membros da mesma comunhão com o Pai, por Cristo, como nós agora ao celebrarmos a Eucaristia.

Todos os demais a que se faz referência entram, na mesma perspectiva de comunhão, na unidade, que a Eucaristia significa.

j) *Doxologia*

«Doxologia» quer dizer «palavra de louvor», de «glorificação». Como já ficou dito, a doxologia é o remate da oração eucarística; por isso, ela retoma a ideia central da mesma, que é o louvor e acção de graças. E, depois das «intercessões», é até oportuno retomar o sentido eucarístico de toda a oração.

A doxologia é parte do corpo da oração eucarística; é, portanto, ainda oração presidencial e não deve ser atribuída ao povo.

A expressão trinitária atinge aqui rara beleza, e nela fica bem acentuada a mediação sacerdotal de Cristo, assim como o lugar de Cabeça do Corpo da Igreja, em quem e por quem ela rende ao Pai, no Espírito Santo, toda a honra e toda a glória.

O gesto de elevar a patena e o cálice com o Corpo e o Sangue do Senhor sublinha, de maneira bem expressiva, o sentido oblato da celebração eucarística; não é, por isso, gesto de ostensão, nem uma segunda elevação.

l) *Aclamação*

A aclamação «Amen» está aqui no lugar que lhe é mais próprio em toda a liturgia. Com ela, «o povo confirma e conclui» a oração eucarística (IGMR 55 h). Mas, do «Amen», e deste em particular, já se disse bastante, ao falar-se das aclamações da assembleia.

J. FERREIRA

III

A COMUNHÃO

A comunhão é bem mais do que uma parte da Missa que se segue à oração eucarística; ela é como que o seu resultado. É ela que faz com que a Eucaristia continue a ser entre nós, segundo a vontade de Cristo, o banquete pascal e a ceia do Senhor.

A densidade deste ponto de chegada depende, é certo, do bom funcionamento de tudo quanto o precedeu, mas também do carácter calmo, seguro e recolhido dos próprios ritos da comunhão.

1. A oração dominical

O *Pai nosso* manifesta bem a unidade que o Senhor opera entre os fiéis reunidos. Desde o Baptismo que se entrega ao cristão o *Pai nosso*, oração que se repetirá em quase todas as celebrações comunitárias. «Vedes como é pequena esta oração, dizia S. Ambrósio aos neo-baptizados, e como contém todas as qualidades. Quanta suavidade na primeira palavra!... Levanta, pois, os olhos para o Pai que te gerou pelo Baptismo e diz: Pai Nosso!..., porque de todos nós é Pai comum».

A presença na Missa — a assembleia da Igreja por excelência — da oração dominical não precisa de justificação. Mais do que de uma fórmula, trata-se de um símbolo de reconhecimento entre os cristãos e mais, de uma oração recebida: retomando-a, nós reconhecemos Deus como nosso Pai, proclamamos que não estamos na origem da nossa condição de filhos e aderimos à aliança que Deus estabeleceu connosco. O *Pai nosso* e a comunhão aparecem assim como o cumprimento da liturgia da Palavra e da liturgia eucarística.

Primeiramente a oração dominical teria sido colocada no final da oração dos fiéis, concluindo a liturgia da Palavra. Mas compreende-se muito bem a sua colocação actual, entre a renovação do memorial e a comunhão sacramental no Corpo e Sangue de Cristo: é a oração dos filhos ao Pai do céu pedindo o pão da vida, e a oração dos irmãos perdoando-se mutuamente antes de receberem o «Corpo entregue» e o «Sangue derramado para a remissão dos pecados».

A oração encontra-se num conjunto a quatro tempos que forma um todo dialogante:

a) *o convite à oração comum* feito pelo presidente. Uma monição muito breve que ajude a assembleia a rezar expressivamente a oração do Senhor;

b) *a recitação comum do «Pai nosso»*. Será uma alta expressão da união de todos na oração eucarística e da comunhão de todos em Jesus Cristo. Talvez fosse bom que os cristãos se acostumassem a dizê-lo em atitude orante, com os braços levantados — como o sacerdote —, para significar que é toda a assembleia sacerdotal que ora.

c) *o embolismo* ou desenvolvimento do último pedido («Livrai-nos, Senhor...») dito pelo celebrante e que abre para uma *doxologia*, cheia de alegria e esperança, aclamada por todos: «Vosso é o reino e o poder e a glória, para sempre!».

2. O rito da paz

Muitas vezes não se compreende que o chamado rito da paz que a reforma do Vaticano II estendeu a toda a assembleia — antes era exclusivo dos sacerdotes e outros ministros nas missas solenes — é, sobretudo, um *sinal*. Sinal exterior da comunhão entre irmãos diferentes, que o Senhor torna possível.

Há quem tenha convertido este sinal num momento culminante da Eucaristia. Há quem o não tenha introduzido ou tenda a reduzi-lo a uma simples rubrica a cumprir mecanicamente. Uns e outros não entendem que se trata de um sinal expressivo de uma realidade de fé. É sinal de comunhão no amor de Deus revelado em Jesus Cristo, que celebramos na Eucaristia e que queremos partilhar com todos os homens, começando pelos irmãos na fé. O gesto da reconciliação mútua verifica e traduz a disposição de coração daqueles que são chamados a serem um, partilhando do mesmo pão.

O ósculo entre os irmãos colocou-se, em algumas liturgias, depois da «missa dos catecúmenos» e da oração universal. Tal colocação indica que o beijo da paz estava reservado aos baptizados como sinal de comunhão entre os santos e como «sigilo» da sua oração. Situado antes da apresentação dos dons, recordava ainda a palavra do Senhor: «Se ao apresentares a tua oferta ao altar te lembras que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão» (Mt 5, 23-24).

Depois que Gregório Magno colocou o *Pai nosso* depois da oração eucarística e o rito da paz depois do embolismo, facilmente se rela-

cionou o rito da paz com o perdão mútuo do *Pai nosso* e se viu nele uma preparação para a comunhão.

No Missal de Paulo VI o rito da paz é preparado pela oração do celebrante, pedindo a unidade e a paz para a Igreja, e introduzido por uma breve monição. E assim, reconciliando-se com os seus mais próximos, cada um manifesta querer estar em paz com todos.

3. A fracção do pão

O gesto da fracção realizado por Cristo na última ceia, veio a dar o nome à acção eucarística no tempo apostólico. Mas, se isso aconteceu não deve ter sido simplesmente por uma razão de ordem prática — necessidade de partir o pão para que todos recebam uma parte —, mas porque a fracção sugere uma das dimensões integrantes da Eucaristia: ser sinal de comunhão. Significa, como diz S. Paulo, que nós, sendo muitos, ao participar na comunhão do mesmo pão que é Cristo, nos tornamos um só corpo (cf. 1 Cor 10, 17).

Daí que, de todos os gestos da ceia do Senhor, o da fracção tenha tido, para a Igreja apostólica, um particular relevo. Os discípulos de Emaús reconhecem o Senhor na fracção do pão (cf. Lc 24, 35) e nos Actos dos Apóstolos a celebração eucarística é designada por este rito. Convém portanto não deixar que este rito se apague ou se torne insignificante (o que pode acontecer, por exemplo, se ele se realiza enquanto decorre ainda o abraço da paz ou qualquer canto aleatório).

Na liturgia romana a fracção do pão encontra-se incluída na zona da comunhão, mas seria bom conservar-lhe o seu realce próprio. Liturgias antigas e actuais (a liturgia milanesa, por exemplo) apresentam uma ordem mais clara e mais lógica: a fracção vem logo depois da oração eucarística seguindo-se-lhe imediatamente os ritos da comunhão.

Se, pelo grande número de comungantes, é necessário usar partículas já feitas, pode prever-se sempre um pão suficientemente grande para realizar o rito. O presidente inicia o gesto podendo ser ajudado pelos vários ministros da comunhão. Entretanto o coro e a assembleia entoam o canto «Cordeiro de Deus», em forma litânica, e repetem-no durante todo o tempo que dura a fracção. Este canto exprime bem a significação do rito: o pão partido é o Corpo do Cordeiro, sacrificado e ressuscitado, «comunicável» a todos e a cada um.

4. O rito da comunhão

Em continuação, o sacerdote apresenta aos fiéis o Corpo e o Sangue do Cordeiro convidando para o seu banquete, pois «sendo a celebração eucarística um banquete pascal, convém que, segundo o mandamento do Senhor, o seu Corpo e Sangue sejam recebidos como alimento espiritual» (IGMR 56).

Durante a comunhão do sacerdote e dos fiéis canta-se um canto de comunhão, que levará a exprimir pela unidade das vozes a união espiritual dos comungantes, a manifestar a alegria dos corações e a tornar mais fraterna a procissão para receber o Corpo de Cristo (IGMR 56).

O canto da comunhão deve estar de acordo com a sua função, com um refrão fácil de retomar por aqueles que se deslocam. O texto proposto pelo missal orienta no sentido de se fazer a ligação entre a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística: o sacramento realiza o que a Palavra anuncia.

A disposição da assembleia determina a ordem da distribuição da comunhão. Entretanto tem todo o sentido que ela seja «dada» pelo ministro e «recebida» por cada um, com o diálogo previsto: «O Corpo de Cristo! — Amen!». Todo o desenrolar do rito deve exprimir alegria e simplicidade de coração (Act 2, 46), respeito e fervor, sem pressa, automatismo ou qualquer desordem.

Já que é dada essa faculdade (IGMR 120-121) e se torna mais significativo, convirá que no fim da distribuição, nada se leve à mesa do altar cuja função está terminada. O sacerdote irá sentar-se no seu lugar e as abluções serão deixadas para depois da Missa, para não perturbar o recolhimento dos fiéis. Depois de um tempo de silêncio poderá cantar-se um canto de acção de graças, que não desabrochará senão para exteriorizar a alegria até então ligeiramente contida a favor do recolhimento.

5. O rito de conclusão

Aquele que preside, assim como abriu a celebração, também a conclui. Breve e alegre, a conclusão ou despedida compreende: os anúncios, a bênção, os votos e o reenvio da assembleia. Mais do que terminar, a conclusão desabrocha em vida. Claro que, enquanto é uma acção precisa, a celebração tem certamente um fim. Mas o sinal

de que foi boa a celebração é justamente se este fim leva as pessoas a não se deixarem imediatamente, mas prolongam esta celebração em diálogo, encontro, partilha de novidades, etc..

Ao terminar estes apontamentos, cada um pode pensar no desenvolvimento das celebrações de que é responsável e perguntar-se:

— se cada elemento da celebração é bem realizado segundo o sentido que deve ter e com as condições de bom funcionamento;

— e se cada elemento é realizado de tal modo que constitua, na celebração, um apoio dinâmico que prepare o tempo seguinte para fazer progredir e desabrochar a acção global.

L. RIBEIRO

A diversidade das formas musicais nos vários momentos da celebração

A) INTRODUÇÃO

1. A primeira afirmação que eu desejo sublinhar, que não é novidade para ninguém mas que é importante no contexto em que vamos falar, é esta: a reforma litúrgica não trouxe apenas uma nota nova para este ou para aquele rito, mas foi ao ponto de alterar profundamente alguns ritos e o seu sentido. Se as pessoas compreendessem que a reforma foi até ao ponto de criar novos ritos, modificando ou renovando — não arbitrariamente, mas de modo harmonioso e justo para que esses ritos sejam expressão autêntica da vida cristã no povo de Deus de hoje e para que a liturgia se faça mais convenientemente —, não havia tantos atropelos e discussões inúteis e por vezes até azedume. Vem da ignorância deste facto a dificuldade de algumas pessoas em aceitar coisas novas na vida litúrgica da Igreja. Assim se exprime Paulo VI na Constituição Apostólica que promulga o Missal Romano: «O Conc. Vaticano II promulgando a Constituição Sacr. Conc., lançou os fundamentos da reforma geral do Missal Romano: ele estabeleceu primeiramente que os textos e ritos fossem ordenados de modo a exprimirem mais claramente as realidades sagradas que significam; depois, que o Ordinário da Missa fosse revisto para manifestar melhor o sentido de cada uma das suas partes e a conexão entre elas, e para facilitar a participação piedosa e activa dos fiéis; que se prepare para os fiéis uma mesa mais abundante da Palavra de Deus, abrindo-lhes largamente os tesouros bíblicos; enfim que se elabore o novo rito da concelebração a ser inserido no Pontifical e no Missal Romano».

2. Que ideia temos nós da ligação da música que cantamos com os ritos? É por meio da música que o actor (por ex. o celebrante,

o salmista, o coro), proclama a Palavra de Deus e os textos da liturgia. A música leva as pessoas a entrar naquele rito, a vivê-lo. Há cânticos que são em si mesmos ritos: o hino *Glória a Deus*, o *Salmo responsorial*, o *Sanctus*, a *Aclamação* após a Consagração e o *Cântico depois da Comunhão*; outros acompanham ritos: *Cânticos de entrada*, da *Preparação dos dons*, da *Comunhão*. Nuns e noutros a música deve estar de tal modo unida ao texto e integrada no momento da celebração que daí venha uma maior riqueza na linha da verdade litúrgica e da autêntica participação das pessoas. A *forma musical* de um cântico litúrgico é precisamente a sua capacidade de se ligar a um determinado texto, enriquecendo-o, e de servir um determinado rito, respeitando-o e pondo em realce o seu sentido. Melodia, harmonia, ritmo e timbre servem a vivência daquele momento litúrgico quando respeitam a estrutura do texto e a sua inserção no rito. Por isso, como lembra a III Instr. da S. C. do Culto Divino, nem todos os géneros de canto ou de instrumentos são apropriados para apoiar a oração e exprimir o mistério de Cristo. Os compositores, os responsáveis pela pastoral da música litúrgica devem interrogar-se sobre o que significa cantar na liturgia concretamente naquele momento da celebração. Tomemos como exemplo o *Cântico de entrada*: no pensamento da Igreja este cântico tem como finalidade abrir a celebração, promover a união dos membros da assembleia, introduzir as pessoas no mistério do tempo litúrgico ou da festa e acompanhar a procissão do sacerdote e dos ministros. A forma do *Cântico de entrada*: o texto, a melodia, o ritmo, a harmonia, o timbre (instrumentos) com que é construído e executado devem ser tais que sirvam o rito de entrada. Palavras, procissão, música, introduzem os fiéis congregados na celebração daquele mistério. A dignidade do cortejo, a presença activa da assembleia respondendo comunitariamente a um coro num cântico que a une e a desperta para a festa litúrgica que vai celebrar, formam um autêntico rito de entrada.

B) AS PRINCIPAIS FORMAS VOCAIS DA LITURGIA

1. O hino

É a primeira entre as várias formas. Usada na tradição litúrgica desde os primeiros séculos, adquiriu bastante importância a partir da Idade Média e hoje, com a nova forma da Liturgia das Horas e o seu uso em vernáculo, é de grande utilidade para as assembleias. Grande parte do repertório musical litúrgico tradicional está em forma de *hino*.

O hino nasceu de uma necessidade de *afirmação comunitária e entusiasta da fé e da caridade*. Os cristãos reunidos ouviam a Palavra e sentiam necessidade de responder comunitariamente na forma que lhes era mais familiar, em palavras já suas. Ficaram-nos hinos ou fragmentos de hinos nos Actos dos Apóstolos, nas Cartas de S. Paulo e de S. Pedro.

a) *O Glória:*

Geralmente hinos de louvor, de fé, de acção de graças. Canto comunitário, o hino é geralmente lírico e os hinos dos primeiros séculos são muito profundos, com uma temática de fé e de contemplação. Na liturgia conhecemos ainda alguns hinos que serviam ou servem de *Sequência* (por ex.: Sequência da Missa de N.ª S.ª das Dores, Pentecostes, Páscoa, Defuntos): funcionam como um prolongamento da meditação da Palavra em forma poética acessível, umas vezes muito interior e lírica, outras em forma de diálogo, mas terminando sempre com a oração de súplica.

Para ser instrumento de afirmação comunitária o hino deve tomar uma linguagem e uma estrutura acessíveis à comunidade. Assim, variando através dos tempos e de povo para povo, o hino tomou uma *forma poética estrófica*, de modo a tornar mais fácil a sua assimilação e expressão comunitária. Nem sempre há regularidade absoluta na distribuição dos versos, mas há uma certa simetria, uma certa organização das frases e dos acentos que o tornam mais acessível.

Há salmos que são autênticos hinos (por ex. os quatro últimos do Saltério) pela organização estrófica e pelo carácter comunitário.

O hino conserva ainda hoje uma grande potencialidade na Pastoral Litúrgica. Na Holanda, por exemplo, é usado como cântico depois da proclamação do Evangelho: a comunidade dispõe assim de uma forma poética, lírica e acessível que lhe permite meditar, aclamar, louvar, agradecer a revelação do Senhor feita ali.

A experiência de Lutero foi certamente bem fecunda para a formação da fé e da oração dos cristãos reformados: as principais páginas da Bíblia foram postas em hinos e ainda hoje são cantadas mesmo em igrejas católicas. E o grande músico João Sebastião Bach tomou muitas das melodias com que o povo cantava esses hinos e imortalizou-as, harmonizando-as e inserindo-as nas suas obras religiosas.

Lição que devemos seguir: aproveitar o que há de válido na tradição e que corresponde à mentalidade e sensibilidade do povo cristão, e isto tanto nos textos como nas melodias. Todos sentimos a falta de textos em forma de hino para as celebrações litúrgicas em

português. A colecção da Liturgia das Horas, notável, nem sempre teve em conta que o hino é para ser cantado. É de desejar que em próximas edições esta colecção seja mais valorizada de modo que os compositores dela possam lançar mão e dar ao povo cristão hinos que tornem mais fácil e autêntica a sua participação nas celebrações. Não confundir um hino com uma marcha; a marcha é um hino, mas nem todo o hino é marcha.

Algumas formas de hino actualmente usadas na liturgia da Missa

a) *O Glória*

Hino verdadeiramente venerável que remonta à primitiva Igreja, composto em forma de salmo, mas com uma certa regularidade estrófica. É uma grande doxologia e um belíssimo cântico de aclamação e de súplica.

b) *Os Cânticos-hinos do Novo Testamento:*

Os maravilhosos cânticos cristológicos e baptismais do Novo Testamento, praticamente desconhecidos da maior parte dos cristãos e que por isso pedem uma boa catequese, podem ser cantados nas celebrações eucarísticas principalmente como cânticos de Comunhão e depois da Comunhão. Alguns são especialmente apropriados para o tempo da Páscoa. Fazem parte da colecção de cânticos da Liturgia das Horas, onde aparecem acompanhados de refrões.

c) *Hinos estróficos:*

O hino estrófico é o mais fácil de assimilar, de fixar e de cantar.

O hino estrófico deve ter densidade, isto é, conteúdo de fé; é fácil cair numa repetição de ideias em estilo banal; se a melodia se repete e o texto não se vai renovando e enriquecendo, não vale a pena cantá-lo.

As estrofes podem ser cantadas alternando coro e assembleia, pode tomar-se uma estrofe para refrão, ou pode compor-se um refrão adaptado ao sentido e à estrutura do hino — neste caso, o refrão, a não ser que seja uma simples aclamação, deve ter uma certa amplitude de forma e um conteúdo que agarre a assembleia. Responder a um hino estrófico, regular, sugere uma expansão emotiva e uma amplitude melódica que não se encontram numa estrofe curta. É necessário procurar o equilíbrio entre o coro e a assembleia. A falta deste equilíbrio sente-se mais em cânticos processionais e em cânticos mais lentos.

d) *Tropário.*

É uma forma muito usada nas liturgias orientais que permite a intervenção do coro, do solista e da assembleia. O coro lança a parte principal do hino (a antífona) que termina com um refrão; a assembleia repete o refrão. Em seguida um solista ou pequeno coro canta os versículos, respondendo a assembleia com o refrão a cada versículo; no fim o coro retoma a antífona e termina cantando o refrão juntamente com a assembleia. Esta forma é excelente para uma comunidade que tenha um bom coro; este pode valorizar a celebração com a polifonia, tanto na antífona como no refrão. É uma participação rica porque intervêm os vários actores e cada qual a seu modo. Muito boa para os cânticos processionais.

2. A aclamação

Nas suas formas mais simples e espontâneas (*Amen*, *Aleluia*, *Graças a Deus*, etc.) a aclamação é uma expressão colectiva, concisa, intensa e carregada de emoção. Tem um sentido de resposta, de reacção espiritual e externa a algo que se viveu profundamente e que desabrocha agora num grito de alegria. Qualquer que seja o seu significado (acolhimento à Palavra, fé, adesão a uma súplica, acção de graças, grito de alegria ou de triunfo), a aclamação tem uma capacidade muito directa de agarrar as pessoas e de manifestar a assembleia. Nem sempre tem sido aproveitada esta forma tão cómoda e eficaz de participação. As cartas de S. Paulo e o Apocalipse contêm numerosas formas de aclamação, algumas desenvolvidas. (Foi através da primitiva Igreja que as aclamações passaram da sinagoga para a liturgia cristã).

As novas anáforas para as Missas com crianças são uma boa prova de como podem usar-se as aclamações.

No entanto tem de haver um critério equilibrado e que atenda ao tipo de celebração, à comunidade, ao rito em concreto, para decidir se é ou não conveniente cantar as aclamações e em que medida. Parece-me que uma oração eucarística, como as das Missas com crianças, em que fossem cantadas todas as aclamações, ficaria excessivamente carregada e talvez favorecesse a dispersão. A aclamação cantada é óptima quando está bem inserida no rito, e aparece como um sinal quasi espontâneo da comunhão e da participação da assembleia. As duas aclamações mais simples, mais antigas e mais usadas na liturgia são o *Amen* e o *Aleluia*. Tem um sentido de adesão e de alegria. O *Aleluia* geralmente não é um simples grito, mas prolonga mais ou menos (no canto gregoriano era muito desenvolvido) o júbilo, a contemplação

e a acção de graças que o cristão sente perante as maravilhas de Deus; é que nem só as palavras articuladas falam; por vezes a repetição do mesmo som sobre a mesma vogal é ainda mais eloquente.

O *Glória* da Missa é também uma longa aclamação: aclamação-hino; o mesmo se diga dos *Prefácios*, que terminam com uma outra aclamação bíblica: o *Santo*. A oração eucarística termina com o *Amen* que responde à doxologia cantada pelo presidente. Este *Amen* é o mais importante de toda a Missa, porque exprime a adesão da assembleia ao acontecimento pascal manifestado naquela celebração; é evidente que deve valorizar-se.

Uma aclamação litúrgica não é um grito de ordem num comício. A expressão litúrgica é nobre e íntima sem deixar de ser espontânea; a espontaneidade brota de uma comunidade de fé e que sabe o que é celebrar. Isto condiciona a forma musical e a expressão das aclamações litúrgicas. Devem ser fáceis, incisivas, alegres, capazes de congregar e tomar as pessoas. Devem sugerir algo mais do que dizem, isto é, não ter um sentido conclusivo como se tudo tivesse acabado. A aclamação é abertura a algo mais; mesmo que a palavra final seja o *Amen*, a celebração da liturgia terrena aponta, é sinal e conduz à liturgia celeste. A música deve respeitar a estrutura literária e a função litúrgica das aclamações da liturgia oficial.

3. A proclamação lírica

a) *Em geral*

Trata-se de uma forma musical muito simples, elementar, que os judeus já usavam para proclamar a Palavra de Deus. Na Idade Média era também usada para proclamar os decretos reais e certos acontecimentos.

Não é propriamente uma melodia mas uma simples «corda» com uns ligeiros movimentos de oscilação, subindo ou descendo, e uma cadência muito singela para marcar o final. Esta forma nobre e discreta faz com que a Palavra de Deus (e também a palavra litúrgica) seja anunciada distinguindo-a da palavra humana, corrente, que é simplesmente falada, mas não a sufocando com uma música que, pelo seu interesse, poderia desviar a atenção devida à Palavra. O respeito devido à Palavra de Deus, e à palavra litúrgica que também é instrumento da acção de Deus, leva-nos a proclamá-la com nobreza e distinção, mas com respeito. Esta forma é usada nas intervenções do presidente e de alguns ministros. Além dos momentos em que já é usada, outros há em que

pode usar-se com proveito; lembro, por exemplo, as palavras da celebração do Baptismo. Proclamadas deste modo, adquirem o valor de sinal muito grande; e a liturgia vive também dos sinais. É nesta linha do sinal que aquele que proclama a Palavra de Deus o deve fazer com humildade, respeito, discreção e fé; o solista, presidente ou não, está ali a servir a manifestação de Deus à comunidade e não para se evidenciar. As fórmulas usadas pelo presidente da assembleia e pelos ministros para proclamar os textos oficiais devem ser distintas de outras fórmulas de proclamação lírica (por exemplo, as que usa o salmista ao proclamar o salmo responsorial) e devem ser únicas; esta norma está na linha da diversidade de funções litúrgicas e também da diversidade dos textos.

b) «*Cantilação*» dos salmos:

O *modo directo*: para proclamar o salmo, como salmo, sem a resposta da assembleia. Tem de escolher-se uma fórmula melódica que permita o canto sereno, sem sobressaltos; evidentemente que a maior parte das fórmulas pensadas para cantar as estrofes ligadas ao refrão não servem, porque as suas cadências pedem a entrada ou refrão.

À falta de um modelo melhor pode usar-se um *recto tono* com uma ligeira cadência no final de cada versículo ou de cada estrofe; uma acentuação correcta, uma vocalização calma, que caminha numa dicção cuidada, servirão a proclamação da Palavra revelada.

2) *Alternando o coro com o solista ou dois coros entre si, ou o coro e assembleia*. É necessário introduzir a prática da recitação dos salmos, recitados ou cantados. É conveniente a presença de alguém que, ao menos no princípio, dê os sinais para que o diálogo se faça com precisão e, ao mesmo tempo, com naturalidade.

3) O *modo responsorial*: a assembleia responde com um refrão (resposta) ao solista ou ao coro.

No canto é necessário respeitar a ligação melódica (e até de ambiente musical!) do salmo com o refrão. Este deve ser um instrumento de meditação comunitária; e por isso exige-se-lhe uma certa amplitude e profundidade.

4. As ladaínhas e as orações

As ladaínhas são orações em que as intenções são propostas por um ministro (geralmente o diácono) e a assembleia responde com um refrão

muito simples. Encontram-se em todas as liturgias. Na Missa temos formas litânicas: *Senhor, tende piedade de nós*, Oração universal ou dos fiéis, *Cordeiro de Deus*, (Também as preces de Laudes e de Vésperas são em forma litânica).

A forma musical deve ser simples, dialogante, e pôr em realce o refrão.

Quanto às orações: As *Melodias Oficiais* prevêm apenas um modelo de proclamação das orações. Pessoalmente penso que é um tanto penoso cantar com o mesmo modelo uma oração penitencial, ou de Sexta-feira Santa, e uma oração de Domingo de Páscoa; um tom festivo e um outro mais simples ajudariam a distinguir o que realmente é distinto na Liturgia. Não podendo cantar as orações, pode cantar-se a terminação, provocando assim a resposta cantada da assembleia.

5. Outras formas sugeridas pelos textos litúrgicos

As mais importantes são as antífonas, que o Missal apresenta como cânticos de entrada e de comunhão. Riquíssimas de sentido, elas ajudam a centrar a celebração e são um ótimo ponto de partida para a pastoral. A falta de tradução capaz tem impedido os músicos de trabalharem sobre elas. Uma antologia destes textos, feita na perspectiva de apresentar o sentido das várias festas e tempos litúrgicos, seria muito útil.

C) BREVES NOTAS SOBRE CÂNTICOS PROCESSIONAIS

a) *Cântico de entrada:*

Este cântico tem uma finalidade fundamental: reunir para celebrar determinado aspecto do mistério cristão. O cântico ajuda a fazer o rito (é um cântico ritual). A sua forma mais própria é o hino ou então a antífona (ou refrão) ampla, marcada, mas não marcial, que dê a consciência do que vai acontecer.

b) *Cântico da apresentação dos dons (ofertório):*

É um canto litúrgico — a Instrução Geral do Missal Romano refere-se a ele —; mas é o menos importante dos cânticos processionais. Ao lado dos ritos da entrada e da comunhão, este rito tem pouca importância. O Missal traz os textos para aqueles cânticos, mas omite este. No entanto, quando houver procissão de apresentação dos dons, pode cantar-se um cântico relacionado com a festa ou com o tempo, de carácter

ofertorial ou de outro género. Este momento é especialmente indicado para se ouvir quer o órgão quer o coro.

c) *Cântico da Comunhão:*

O sentido deste cântico, segundo a Instr. Geral atrás referida, é exprimir na unidade das vozes a união espiritual dos comungantes e tornar mais fraterna a procissão da comunhão.

É evidente que este cântico deve ter uma grande riqueza espiritual. Ele deve manifestar a alegria mais íntima e mais pura que o coração do homem pode sentir. Estarão nestas condições os cânticos normalmente escolhidos para a comunhão?

A assembleia deve saber de cor este cântico. Durante a entrada pode ter uma folha de papel ou um caderno na mão; mas quando vai comungar não é conveniente.

Hão-de procurar-se para este rito os mais belos cânticos (relacionados com a celebração do dia, propriamente eucarísticos, de caridade, etc.)

MANUEL LUÍS

PALAVRAS DE ENCERRAMENTO

da Semana de Liturgia em Fátima

D. João Alves

«Estivemos, nesta semana, a reflectir sobre a celebração da Eucaristia. E pelo que acabastes de dizer, é grande o vosso contentamento.

Não há dúvida de que mesmo nós, que andamos há muito tempo a celebrar a Eucaristia, quer presidindo, quer participando, descobrimos aqui muitas coisas novas. E fica-nos a certeza de que para o ano, se fizermos uma semana de estudo sobre a Missa, continuaremos a descobrir outros aspectos, porque os mistérios de Deus e a sua celebração nunca se esgotam. Há sempre novas realidades a descobrir, o que revela a riqueza imensa da nossa fé.

Verificámos ao longo desta Semana que havia perspectivas fundamentais no capítulo doutrinal que não estavam suficientemente realçados no espírito de todos nós. Não é que não tivéssemos já reflectido alguma vez sobre o assunto..., mas por certo não lhes teríamos dado todo o relevo que mereciam.

Os conferencistas focaram, com proficiência, nestes dias, os grandes valores ou dimensões do mistério da Eucaristia...; agora cada um de nós tem de continuar a reflectir sobre estes assuntos ao partir daqui, interiorizando o conteúdo rico do nosso estudo, realizando a celebração e apreciando depois o modo como foi feita. Assim se dará a interiorização, pela inteligência e pelo sentimento. É que a celebração não se pode fazer de qualquer maneira; tem uma estrutura, tem um modo de se realizar, que se deve respeitar. Fazer bem a celebração é *respeitá-la*.

Respeitá-la não no quietismo, mas respeitá-la, para que o dinamismo que lhe é próprio surja. Foi o que nós procurámos aqui nas celebrações.

Praticamente não se fez outra coisa: conheceu-se a estrutura da Missa e realizou-se com todo o respeito, e por isso sentimo-nos felizes. É o mistério, o dinamismo interior da celebração que se tem de descobrir. Alegra-me verificar que esta assembleia foi unânime em tirar esta conclusão: não é caminho certo para revitalizar as celebrações da Eucaristia enchê-las de elementos exteriores, para que nelas haja movimento e barulho. Infelizmente muitas das nossas celebrações ficam quase só no barulho e na agitação..., sem chegarem a ser celebração!

Na última palavra do Encontro Nacional do ano passado lembro-me de ter sublinhado esta ideia: para que a pastoral da celebração seja aquilo que nós desejamos — nós, pastores, leigos e religiosos —, o primeiro trabalho a realizar é tomar os documentos da Igreja, a Introdução do Missal, as Introduções dos Rituais, lê-los e estudá-los... Neles está o segredo da boa celebração.

Antes de irmos ler outro autor, devemos ler estes documentos da Igreja.

Infelizmente — e agora dirijo-me particularmente a vós, caríssimos padres, — quantas vezes nós, os pastores, andamos também noutras leituras e não lemos estes documentos! Pois aqui, durante esta semana, creio que ficou bem clara em todos nós esta ideia: para que a celebração da Eucaristia seja o que deve ser, a primeira grande regra é *respeitá-la*, é conhecer a sua estrutura, é realizá-la quanto possível em fidelidade não só à letra, mas também ao espírito, às orientações, aos caminhos, aos materiais que a Igreja nos propõe. Deixai-me sublinhar: seria um óptimo serviço à Igreja, se toda esta nossa assembleia levasse daqui tal propósito, que é tão simples e tão seguro para o seu trabalho pastoral. Estou convencido de que muitas coisas apareceriam com valor e que muitas outras menos certas cairiam com facilidade.

*

* *

Depois da Teologia, da reflexão doutrinal, vieram os técnicos falar-nos do modo como as coisas se executam, particularmente no campo da música. E foi visível também aqui o contentamento de todos nós. Alguns disseram-me que têm de ir emendar muita coisa: no uso dos instrumentos musicais e na selecção dos cânticos, porque, embora

animados de boa vontade, andavam, por vezes, na periferia do que deve ser. Alegro-me imensamente com esta conclusão. Vejo que está aqui uma assembleia desejosa, dócil e disposta a avançar no caminho que descobriu como o melhor.

*

* *

Para não alongar demasiado as minhas palavras, quereria focar, ainda que brevemente, mais alguns pontos.

Um deles: sei que às vezes se sai angustiado destas semanas dizendo-se: «isto é bonito..., mas que vou eu fazer lá no campo onde labuto, onde é tão difícil descobrir um simples leitor capaz de proclamar, com a vontade, a Palavra de Deus?» Peço-vos que não vos angustieis. É sempre possível, por mais pobre que seja uma comunidade, fazer oração bem feita: a oração que essa comunidade é capaz de fazer. Está aqui, formulado de modo simples, um princípio fundamental da pastoral. Se fizermos uma celebração que esteja acima e fora das pessoas, realizamos má pastoral. *A pastoral tem de se adequar à comunidade.* Depois ajudá-la a desejar mais, impulsionando o seu conhecimento. Isto leva-me a um problema de fundo e sobre o qual nós reflectimos muito nesta semana: *é essencial e urgente o trabalho de catequização e de iniciação dos cristãos e das comunidades nas realidades DA FÉ E DA SUA CELEBRAÇÃO.* Reside aqui, a meu ver, a nossa grande falta de pastores e mesmo dos religiosos e dos leigos com responsabilidades apostólicas. É que fazemos muitas actividades e nem sempre pomos o cuidado exigido em *ajudar as pessoas a entendê-las, a viver por dentro aquilo que dizem, cantam e fazem.* Nesse sentido foi ótima a lição prática dada aqui, apesar do esforço que exigiu. Nos ensaios, os cânticos foram explicados, bem como as razões da sua escolha. Esta iniciação, que, infelizmente, tanto se abandona na pastoral, é indispensável para qualquer progresso, quer na liturgia, quer noutro campo de apostolado. Por isso mesmo, um dos males maiores que aparece, em determinadas alturas, é o neo-ritualismo ou o neo-legalismo. Impõem-se coisas de fora, mas sem que a comunidade entenda e se veja solicitada, ajudada a desejar, a procurar e a realizar de uma maneira nova e melhor.

Uma outra palavra que foi dita aqui e quero sublinhar em meu nome e em nome da Comissão Episcopal de Liturgia: o amadorismo atrevido e ignorante, que toma o seu critério pessoal como único critério na organização das celebrações, sem preocupação com os critérios da Igreja, não pode ser tolerado. Só seguindo as indicações da Igreja

se evitarão abusos como o de introduzir na liturgia cânticos de todo o jeito e feitio e sem qualidade, às vezes usando as músicas do último filme que apareceu, e outros atropelos ainda mais graves como seja o da utilização de qualquer «oração eucarística», que apareceu na última noite de insónia ou que foi publicada em qualquer livro ou revista! Tudo isto, vimo-lo claramente nesta semana, atinge e desfigura profundamente a oração da Igreja, que deve ser sempre séria, segura e realizada com os critérios da própria Igreja. E gostaria de pedir a este grupo que esteja sempre atento, e que não deixe no seu campo de trabalho que alguma vez se cometam tais abusos.

É que *celebrar bem exige estar em comunhão com a Igreja*. Mas, quando há celebrações em que cada um se arroga o direito de ser o dono, que põe, tira e inventa... conforme o seu bel-prazer, então é difícil, senão impossível, descobrir onde esteja a comunhão com a Igreja ou muito simplesmente onde esteja a Oração da Igreja.

Creio que todos nós estamos convictos de que é em comunhão plena com o Colégio dos Bispos presidido pelo Papa, que receberam um ministério indispensável na comunidade cristã, que devem ser feitas as celebrações da Igreja, para que possam ser a própria Oração da Igreja: de outra forma será apenas expressão religiosa de grupos.

Confrange ver como, às vezes, uma pessoa ou um pequeno grupo desorientado se apossam de comunidades sem grande formação e as manipulam segundo as ideias peregrinas que nasceram em suas cabeças.

Peço-vos insistentemente que nos vossos campos de trabalho procureis evitar que isto se dê. Grande ajuda encontrareis por certo, para este trabalho, no que descobristes durante esta semana.

Deixai-me acrescentar ainda: que o trabalho litúrgico que se faça não seja apenas de um grupo. É todo o Povo de Deus, de uma paróquia, ou de uma Congregação, que tem de avançar. Dá pena que haja comunidades onde uma elite, que às vezes até se prepara e é conhecedora..., fique isolada e não descubra o verdadeiro sentido comunitário e eclesial; não descubra nem sinta o que é rezar em comunidade. E por isso o povo continua na sua pouca ciência, enquanto esse grupo «avança» em realizações tecnicamente perfeitas, mas nas quais a comunidade local não descobre nem sente o seu ritmo. Repito: *é todo o Povo de Deus que tem de caminhar e crescer*.

Não estou a dizer que não devam existir grupos para apoiar a comunidade cristã. Estou a referir-me àqueles grupos que às vezes, com um certo orgulho, vaidade e auto-suficiência, consideram os outros

como não capazes de progredir. E a verdade é que todos nós temos capacidade de caminhar!

E termino agora com uma palavra que há dias quis sublinhar na homília: a música, os instrumentos, os leitores, os diversos ministros da celebração, tudo se destina a facilitar o contacto da assembleia celebrante com Deus. Se não se consegue proporcionar tal contacto, a celebração pode ser muito bela, bem programada, mas não conseguiu alcançar o seu objectivo principal. Não se esqueça que a liturgia, como toda a pastoral, se realiza para que o contacto com Deus, por Jesus Cristo, no Espírito Santo, seja possível. Isto é o fundamental para que Deus esteja cada vez mais vivo no nosso coração e na nossa vida».

III Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

O 3.º Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica foi preparado cuidadosamente, ao longo de vários meses, pelo Secretariado Nacional de Liturgia. As duas experiências anteriores e as críticas e autocríticas que então foram feitas, levaram a introduzir alterações ao programa inicial em vários pontos.

A própria escolha da temática — *«A celebração da Eucaristia na comunidade cristã»* — foi objecto de madura reflexão e representou um aprofundamento lógico do estudo do 2.º Encontro sobre *«A celebração litúrgica»*.

A organização também teve em conta a quase certa inscrição de algumas centenas de participantes — como veio a acontecer — e as deficiências encontradas nos dois Encontros anteriores.

Em ordem a assegurar maior rendimento de trabalho e melhor distribuição de tarefas, formaram-se três equipas: de acolhimento (Padre Aníbal Ramos, Henrique Lemos e Maria do Carmo Torrão), das celebrações (Padres Manuel Luís e José de Leão Cordeiro) e da assistência à mesa das conferências (Padres José Ferreira e Luís Ribeiro de Oliveira).

A equipa das celebrações contou com a colaboração musical do Padre António Ferreira dos Santos e do seu grupo do Porto, que se encarregaram das músicas das Missas durante o Encontro, e do Padre Manuel Simões, S. J., que compôs a música expressamente para as Laudes do dia 23. Mas foi o Padre Manuel Luís quem, por força das circunstâncias e a curto prazo, teve de musicar as Laudes, as Vésperas e a Celebração Marial do Encontro.

Abertura

A secretaria do Encontro ficou instalada na sala de entrada da Casa de Nossa Senhora do Carmo do Santuário de Fátima, e a partir das 15 h do dia 19 começou a acolher as pessoas inscritas, que vinham de todos os pontos do Continente, marcando pelo número as dioceses do Porto e de Lisboa.

Cada participante, que pediu alojamento, já tinha recebido uma circular com a indicação da casa onde ficaria hospedado, e, se a hospedagem era feita fora do Santuário, um mapa de Fátima assinalava a vermelho a Casa da Divina Pastora ou o Centro Catequético — as duas casas que, juntamente com o Santuário, receberam os participantes que pediram alojamento ao Secretariado.

As pessoas que apareceram sem terem feito a sua inscrição, ou desistiram ou esperaram pelas vagas que eventualmente viessem a dar-se. A fim de evitar um número excessivo de participantes e o abuso dos pretendentes da última hora, a equipa de acolhimento teve de ser este ano mais respeitadora do prazo das inscrições e mais rigorosa com os casos especiais.

Às 21,30 do dia da entrada, foi a sessão de abertura do Encontro. O Padre Aníbal Ramos apresentou as pessoas presentes, desde o Senhor D. João Alves, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, e da equipa promotora, formada praticamente pelo Secretariado, até às três centenas de participantes, que foram apresentados por dioceses.

Depois, o Director do Secretariado deu vários esclarecimentos sobre a temática do Encontro; o conteúdo da pasta oferecida a cada; o programa, o guião das celebrações e o crachat; a preocupação com a boa execução das celebrações litúrgicas; e a confiança na colaboração de todos.

O Padre Manuel Luís fez o primeiro ensaio de cânticos para o dia seguinte. Os ensaios, que viriam a repetir-se de acordo com as necessidades, foram dirigidos pelos Padres Manuel Luís, António Ferreira dos Santos e José Ferreira e tiveram um tratamento pedagógico que a assembleia não deixou de descobrir e de assinalar com reconhecimento.

2.º Dia

O trabalho de fundo deste 2.º dia esteve a cargo do Padre José Ferreira, que tratou do tema — *A Missa ou Ceia do Senhor: o memorial, a fracção do pão, o penhor da glória futura.*

Este mesmo tema continuou a ser objecto de estudo em trabalho de grupos e no plenário que se lhe seguiu.

De tarde, houve um trabalho de grupos sobre a formação e a participação litúrgica com o objectivo de observar o que nestes domínios se passa à escala nacional. Este trabalho de grupos pretendeu preencher a lacuna deixada pela impossibilidade de se fazer no Encontro a leitura sociológica e pastoral do recenseamento feito este ano, no nosso País, da prática dominical.

Ao fim da tarde, foi a concelebração da Eucaristia na basílica de Fátima com cerca de sete dezenas de padres, a que presidiu o Sr. D. João Alves e na qual participaram todos os que frequentaram o Encontro. O desenrolar harmonioso da celebração e a execução do canto, em que esteve ao órgão o Padre António Ferreira dos Santos e um grupo do Porto fazia de Schola, deram a esta e às outras Missas uma expressão de beleza e espiritualidade que marcou profundamente este Encontro.

3.º Dia

O canto das Laudes de S. Mateus criou um ambiente de louvor e disponibilidade que se havia de prolongar pelo dia adiante.

O Padre Luís Ribeiro tratou de «*O problema pastoral da iniciação à Eucaristia*», a que se seguiu um animado e proveitoso colóquio.

De tarde realizou-se uma *mesa*, que se viria a verificar que não fora bem *redonda* e na qual se estudou «*A celebração da Missa e a sua estrutura dinâmica*». Orientaram estes trabalhos: Padres Luciano Guerra, como moderador, José de Leão Cordeiro, que introduziu o tema da Leitura da Palavra, José Ferreira, que tratou do Ofertório e da Oração Eucarística, e Luís Ribeiro de Oliveira, que fez uma breve exposição sobre a Oração dos fiéis e a Comunhão. Esta mesa não foi bem redonda, porque não chegou a proporcionar um diálogo quer entre os expositores quer entre estes e a assembleia, como se tinha programado, mas, apesar disso, foi extraordinariamente útil e disse o que sem ela não teria sido dito e deveria ser dito. O Padre Luciano Guerra fez no fim a sua crítica objectiva e esclarecedora. O trabalho não correspondeu à mesa redonda que se projectara, mas foi bem conseguido como lição viva, variada e oportuna.

Ao meio dia fez-se uma celebração mariana na Capela das Aparições com música adrede composta. Os participantes foram assim convidados a associarem-se ao louvor de Nossa Senhora feito por multidões

de peregrinos que passam por aquele recinto sagrado, vindos das quatro partidas do mundo.

Ao fim da tarde, a concelebração eucarística na basílica atingiu um nível de rara harmonia, piedade e beleza, deixando em todos uma sensação profunda da transcendência do mistério e antecipando de certo modo o louvor da Jerusalém Celeste.

4.º Dia

Foi o dia dedicado à música litúrgica. De manhã, o P. Manuel Luís tratou da «*Diversidade das formas musicais nos vários momentos da celebração*», tendo havido no fim um colóquio cheio de interesse e oportunidade.

De tarde, o Padre António Ferreira dos Santos desenvolveu o tema «*Do uso dos instrumentos na celebração*» com segurança e abertura e deu exemplos concretos com músicas tocadas ao órgão. Apesar das diferenças de idade e mentalidade dos participantes, este colóquio manteve o tom objectivo e sereno dos outros colóquios e, pode dizer-se, de todo o Encontro.

As celebrações deste dia, desde a oração da manhã à concelebração e às Vésperas, mantiveram o grande nível do dia anterior e foram momentos fortes do trabalho colectivo.

À noite, os participantes reuniram-se por dioceses, a fim de fazerem o ponto da situação litúrgica nas suas zonas e projectarem futuras iniciativas.

Encerramento

A manhã de sexta-feira foi bem aproveitada e não teve o formalismo que caracteriza habitualmente os encerramentos dos congressos e semanas de estudos.

Depois das Laudes — bem cantadas —, o Padre Luís Ribeiro leu um resumo das críticas e sugestões feitas pelos participantes, individualmente ou em grupo diocesano, a este Encontro.

Em seguida, o Padre Aníbal Ramos deu uma informação sucinta dos trabalhos que o Secretariado Nacional de Liturgia tem presente-mente em mãos, referindo nomeadamente a situação da *Liturgia das Horas* (edição quase no fim dos fascículos e já esgotada), do *Missal* do altar ou do celebrante (trabalho adiantado nas orações e distribuído por

três grupos) do *Ritual da Sagrada Comunhão e do Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa* (texto aprovado pela Conferência Episcopal, confirmado pela Santa Sé e já entregue na tipografia), do *Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos* (em fase de revisão final), da *Antologia de músicas litúrgicas* (projecto já iniciado com a selecção de textos), do *Boletim de Pastoral Litúrgica* (com ano e meio de publicação, ainda à procura de identidade, mas com a preocupação exclusiva de ser litúrgico e pastoral), e da urgência de outras publicações que ajudem a mentalizar as pessoas e a celebrar melhor a Missa dominical e os Sacramentos.

O Sr. D. João Alves concluiu, agradecendo a colaboração dos conferentes e o apoio do Santuário e das casas religiosas que hospedaram os participantes, louvando o trabalho do Secretariado e o empenhamento dos participantes, acentuando o interesse da temática exposta, o dever de respeitar a estrutura da celebração e a necessidade de uma cuidada iniciação e denunciando tanto o perigo dum novo ritualismo como os atropelos dum amadorismo ignorante e atrevido.

A Eucaristia final — bem celebrada, bem cantada e bem vivida — constituiu o verdadeiro encerramento deste Encontro e foi presidida pelo Senhor D. António Francisco Marques, membro da Comissão Episcopal de Liturgia, que prestou assídua assistência a este Encontro e presidiu à maior parte das suas celebrações eucarísticas.

Novos Livros Litúrgicos

O Secretariado Nacional de Liturgia, órgão da Comissão Episcopal de Liturgia, vem dar algumas informações sobre os novos livros litúrgicos oficiais.

RITUAL DA SAGRADA COMUNHÃO E DO CULTO DO MISTÉRIO EUCARÍSTICO FORA DA MISSA — Acaba de ser editado e está a ser distribuído pela «Gráfica de Coimbra».

ORAÇÕES EUCARÍSTICAS DAS MISSAS COM CRIANÇAS E DAS MISSAS DA RECONCILIAÇÃO — O uso destas 5 novas Orações Eucarísticas foi autorizado pela Santa Sé a título experimental e durante os três próximos anos.

LITURGIA DAS HORAS (Texto integral) — Está a ser reimpressa e é distribuída pela Editorial Franciscana de Montariol, Braga.

Liturgia das Horas — **LAUDES E VÉSPERAS** — Está em início de composição, inclui Laudes, Vésperas e Completas, e destina-se particularmente aos religiosos e aos leigos. Será editada e distribuída pela «Gráfica de Coimbra». Para as pessoas e comunidades interessadas na Hora Intermédia, será editado um fascículo à parte.

MISSAL DO ALTAR — Estando já publicados na íntegra os **LECCIONÁRIOS**, o Secretariado prepara neste momento a tradução e a revisão dos textos do Missal do Altar ou do Celebrante. A «Gráfica de Coimbra» distribui os Leccionários e deverá editar o Missal do Altar.

RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS — Encontra-se em fase adiantada de revisão o texto português deste Ritual.

RITUAL DAS EXÉQUIAS — Está esgotado. Enquanto se prepara uma nova edição, serão bem acolhidas todas as sugestões que visem o seu aperfeiçoamento.

CELEBRAÇÃO DA RECONCILIAÇÃO DE UM SÓ PENITENTE — Fez-se uma 2.^a edição que, como a primeira, é distribuída pelo Secretariado Nacional de Liturgia.

SAGRADA COMUNHÃO POR UM MINISTRO EXTRAORDINÁRIO — Está a preparar-se um livro para uso dos ministros extraordinários da comunhão, contendo os ritos da instituição do ministro e da comunhão fora da Missa.

